

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 231/2026

UASG: 928372

1. INTRODUÇÃO / INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Torna-se público que o Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO, por meio do Departamento de Compras e Licitações, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, por meio do Processo nº 231/2026, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, no modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, e ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. DEFINIÇÕES DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, destinados ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e institucionais do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro veicular e demais encargos necessários para garantir a plena disponibilidade da frota durante toda a vigência contratual, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS	CATSER	QTD	LOCAÇÃO	PERÍODO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE 4X4 CABINE DUPLA – REFERÊNCIA: RANGER, S10, HILUX OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação, carroceria aberta, cabine dupla, cor branca (original do fabricante), capacidade: motorista + 4 passageiros, 4 portas laterais, movida a diesel, motor com potência mínima 2.4 e 160 CV, central multimídia com GPS, integração com ANDROID AUTO e APPLE CARPLAY, câmera de ré, sistema de injeção eletrônica, direção hidráulica ou elétrica ou de tecnologia equivalentes, ar-condicionado, tanque de combustível com capacidade mínima de 75 litros, protetor de cárter e de câmbio, AIRBAG dianteiro e laterais e freios ABS, câmbio automático, com no mínimo de 06 marchas à frente e uma ré, ou câmbio superior; vidros elétricos e travas elétricas nas 04 portas; alarme antifurto; protetor de caçamba; capota marítima rígida de fibra náutica ou similar (revestida de	4014	02	Mensal	12 meses	R\$ 9.102,38	R\$ 18.204,76	R\$ 218.457,12



	lona ou similar), rodas de alumínio de 17" ou superior; conjunto estepe (roda e pneu); manutenção preventiva inclusa, seguro próprio e contra terceiro, e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.							
2	VEICULO TIPO PICK UP CABINE SIMPLES - REFERÊNCIA: STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Picape 1.4/1.6 CS Flex – motorização mínima de 1400cc, capacidade mínima de 600 kg, cabine simples, cor branca (original do fabricante), ar condicionado, vidro elétrico, trava elétrica, direção hidráulica ou elétrica, conjunto estepe (roda e pneu), freios ABS, airbag, combustível gaso/alc, manutenção preventiva, seguro contra terceiros, e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	4014	03	Mensal	12 meses	R\$ 4.224,50	R\$ 12.673,50	R\$ 152.082,00
3	VEICULO TIPO PICK UP CABINE DUPLA - REFERÊNCIA: STRADA, OROCH, MONTANA ou SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Picape 4x2 1.4/1.6 CD Flex – motorização mínima de 1400cc, capacidade mínima de 600 kg, cabine dupla, cor branca (original do fabricante), ar condicionado, vidro elétrico, trava elétrica, direção hidráulica ou elétrica, conjunto estepe (roda e pneu), freios ABS, airbag, combustível gaso/alc, transmissão automática ou manual, com manutenção preventiva, seguro contra terceiros; e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	4014	06	Mensal	12 meses	R\$ 5.487,68	R\$ 32.926,08	R\$ 395.112,96
4	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO MOTOCICLETA - REFERÊNCIA: TITAN OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Capacidade para 02 (dois) ocupantes, sistema de partida elétrica, câmbio de 05 velocidades, cor azul ou preta (original do fabricante); capacidade do tanque mínimo 11 litros; combustível flex alc/gaso, com manutenção preventiva, seguro contra terceiros; e demais	4014	02	Mensal	12 meses	R\$ 2.688,33	R\$ 5.376,66	R\$ 64.519,92

	equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.							
	VALOR TOTAL UNITÁRIO					R\$ 21.502,89		
	VALOR TOTAL						R\$ 69.181,00	
	VALOR TOTAL ANUAL							R\$ 830.172,00

2.2. O custo estimado total da contratação é de R\$ 830.172,00 (oitocentos e trinta mil, cento e setenta e dois reais), para ser utilizado durante o período de 12 (doze) meses.

2.3. Fica estabelecido que o Consórcio CISAN Central/RO somente aceitará propostas com valores iguais ou inferiores ao valor estimado, não sendo admitidas propostas com valores superiores ao montante definido pela Administração.

2.4. A natureza do objeto a ser contratado é classificada como serviço comum, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

2.5. As especificações dos serviços estão definidas de forma clara, concisa e objetiva.

2.6. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, e o regime de execução do serviço será indireto, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos, devendo a licitante apresentar proposta para cada item.

2.7. A contratação é considerada essencial para garantir a continuidade das atividades institucionais do Consórcio CISAN Central/RO.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

3.1. A estimativa foi elaborada com base em:

- I. Demandas operacionais
- II. Deslocamentos institucionais
- III. Atuação regional em municípios consorciados
- IV. Necessidade de continuidade dos serviços

3.2. Os quantitativos estimados decorrem da análise combinada dos seguintes fatores técnicos e operacionais:

- I. Histórico de deslocamentos institucionais realizados pelas equipes técnicas e administrativas do consórcio;
- II. Demandas operacionais relacionadas às atividades de fiscalização, acompanhamento técnico e gestão de projetos nos municípios consorciados;
- III. Necessidade de mobilidade institucional para participação em reuniões técnicas, visitas institucionais e atividades administrativas;
- IV. Garantia de continuidade das atividades administrativas e operacionais do CISAN Central/RO.

3.3. O dimensionamento da contratação considera a necessidade mínima para assegurar eficiência administrativa, mobilidade institucional e continuidade dos serviços prestados pelo consórcio, sendo prevista a locação de veículos conforme especificações técnicas a serem detalhadas neste Termo de Referência.

3.4. A locação mostra-se mais vantajosa que a aquisição em razão de:

- I. Custos relacionados à depreciação

II. Seguros

III. Flexibilidade operacional

3.5. A estimativa e a solução proposta estão fundamentadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Documento de Formalização da Demanda (DFD) que integram o Processo Administrativo nº 231/2026, observando os princípios da economicidade, eficiência e planejamento da contratação, conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

3.5.1. Os quantitativos constantes neste Termo de Referência refletem atualização da necessidade administrativa identificada durante a fase de planejamento da contratação, decorrente da ampliação das demandas operacionais, técnicas e institucionais do CISAN Central/RO, complementando as estimativas inicialmente previstas no Documento de Formalização da Demanda – DFD.

3.6. Eventuais alterações contratuais observarão os limites e condições estabelecidos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO / JUSTIFICATIVA

4.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir mobilidade institucional adequada e contínua para o desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais do Consórcio CISAN Central/RO, possibilitando o deslocamento eficiente de equipes técnicas e administrativas entre os municípios consorciados.

4.2. O Consórcio CISAN Central/RO exerce funções estratégicas relacionadas à gestão ambiental e ao saneamento básico, atuando na elaboração e execução de projetos, gestão de convênios, fiscalização de serviços públicos e acompanhamento de ações voltadas à destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos, exigindo atuação presencial frequente nos municípios integrantes.

4.3. Considerando a abrangência territorial do consórcio, bem como a dispersão geográfica dos municípios consorciados, os deslocamentos institucionais são indispensáveis para assegurar a efetividade das ações desenvolvidas, especialmente no que se refere à supervisão técnica, articulação intermunicipal e atendimento às demandas locais.

4.4. Nesse contexto, a contratação de serviços de locação de veículos apresenta-se como a solução mais eficiente e economicamente vantajosa para a Administração Pública, uma vez que elimina custos diretos e indiretos relacionados à aquisição, depreciação, manutenção, seguros, tributos, gestão de frota e eventual ociosidade de veículos próprios.

4.5. A contratação justifica-se, ainda, pela necessidade de garantir mobilidade institucional contínua, essencial para:

- I. Execução de políticas públicas de interesse regional;
- II. Fiscalização e acompanhamento técnico de serviços e contratos;
- III. Prestação de apoio técnico aos municípios consorciados;
- IV. Regular funcionamento das atividades administrativas e operacionais do consórcio;
- V. Participação em reuniões técnicas, agendas institucionais e ações de articulação intergovernamental.

4.6. Destaca-se, ainda, que a solução adotada proporciona maior flexibilidade operacional, permitindo a adequação da frota às demandas variáveis do consórcio, bem como maior previsibilidade de custos, contribuindo para o planejamento orçamentário e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

4.7. A solução proposta encontra-se devidamente justificada e fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Documento de Formalização da Demanda (DFD), os quais demonstram a viabilidade técnica, a adequação da solução escolhida e a compatibilidade com as necessidades institucionais do Consórcio CISAN Central/RO, em conformidade com o planejamento da contratação previsto na Lei nº 14.133/2021 e em observância aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

5. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

5.1. O órgão gerenciador será o Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia.

5.2. Caberá ao Gestor (a) do Sistema de Registro de Preço a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele decorrente.

5.3. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

6. JUSTIFICATIVA DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços apresenta-se como solução vantajosa e eficiente para a presente contratação, especialmente em razão da natureza variável e imprevisível da demanda de locação de veículos.

6.2. O CISAN Central/RO desempenha atividades essenciais relacionadas à gestão ambiental, ao saneamento básico e ao apoio técnico aos municípios consorciados, atuando, dentre outras frentes, na operação das Centrais de Disposição Final de Resíduos (Aterros Sanitários) localizadas nos municípios de Jaru e Ariquemes/RO. Além disso, o Consórcio mantém o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal – SIM, responsável pela fiscalização de estabelecimentos, produtores de produtos de origem animal nos 19 municípios consorciados ao programa, em conformidade com as diretrizes do SISBI-POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal).

6.3. No âmbito dessas atividades, a locação de veículos mostra-se indispensável para assegurar o deslocamento de servidores, equipes técnicas, fiscais, engenheiros, operadores e demais colaboradores, possibilitando a realização de vistorias, fiscalizações, visitas técnicas, acompanhamento de obras, reuniões institucionais, transporte de materiais leves e demais demandas operacionais.

6.4. No caso específico do SIM, as atividades fiscalizatórias são obrigatórias, realizadas diariamente, desenvolvidas em áreas urbanas e rurais, muitas vezes exigindo acesso a locais de difícil tráfego, além de dependerem de deslocamento contínuo dos técnicos em campo.

6.5. A presença física dos fiscais constitui condição indispensável para a regularidade do serviço. Assim, eventual limitação na disponibilidade de veículos compromete a agenda de inspeções, podendo impactar diretamente a regularização e o funcionamento dos estabelecimentos fiscalizados.

6.6. Da mesma forma, a indisponibilidade de veículos poderá comprometer a continuidade dos serviços prestados pelo Consórcio, ocasionando atrasos, prejuízos administrativos e impactos na execução das atividades essenciais.

6.7. Nesse contexto, a adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pelos seguintes fatores:

- I. Economia de tempo e recursos administrativos, ao evitar a realização de sucessivos processos licitatórios para contratações da mesma natureza;
 - II. Agilidade e flexibilidade na contratação, permitindo a disponibilização dos veículos conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ordens de serviço ou instrumentos equivalentes;
 - III. Melhor planejamento e controle orçamentário, visto que os preços ficam previamente registrados, conferindo maior previsibilidade às despesas e facilitando a elaboração e o acompanhamento do orçamento;
 - IV. Estímulo à competitividade e à obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração;
 - V. Adequação à natureza da demanda, sujeita a variações ao longo do período, não sendo possível prever com exatidão a quantidade de veículos, o momento da utilização e o tempo necessário de cada locação;
 - VI. Adequação à forma de execução da contratação, tendo em vista tratar-se de serviço prestado de forma parcelada e sob demanda, conforme a necessidade da Administração, o que dificulta a definição prévia de cronograma fixo de utilização.
- 6.8.** Diante do exposto, a utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada, eficiente e alinhada ao interesse público, garantindo a continuidade dos serviços essenciais prestados pelo Consórcio e a adequada gestão dos recursos públicos.

7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, observados os quantitativos remanescentes e a legislação vigente.
- 7.2.** As condições e regras da Ata de Registro de Preços encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos da Minuta da Ata de Registro de Preços, apêndice deste Termo de Referência.
- 7.3.** Os preços registrados poderão ser reajustados e/ou reequilibrados economicamente, observadas as hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante solicitação formal da contratada, devidamente fundamentada e acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos que impactem a execução contratual, respeitados os critérios e limites legais aplicáveis.

8. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 8.1.** Após a homologação da licitação, para os licitantes que REGISTRARAM a intenção no sistema de participar do Cadastro de Reserva de Fornecedor, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 8.2.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e dos licitantes que mantiverem sua proposta original;
- 8.3.** A plataforma através do sistema de compras emitirá via e-mail a convocação das licitantes inicialmente interessadas nos itens participantes, caso, deseje fazer parte do Cadastro de Reserva, para que indique no próprio sistema o seu interesse.
- 8.4.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

8.5. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.8. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

8.9. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

8.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

8.11. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

8.12. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA E CONTRATO

9.1. Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e decreto Nº 008/2024/CISAN Central/RO, a ata de registro de preços e o contrato decorrente dela, serão acompanhados e fiscalizados pelos (as) seguintes servidores (as):

a) O Gestor e o Fiscal do contrato serão designados pelo CISAN Central/RO no momento oportuno, conforme a legislação vigente e as necessidades da execução contratual, assegurando o devido acompanhamento e fiscalização.

9.2. O (A) Gestor(a) da Ata e do Contrato e o (a) Fiscal Administrativo (a) do Contrato poderão ser localizados(as) na Sede do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região central de Rondônia CISAN Central/RO, situada na Rua Canindé, n.º 3622, Setor Institucional, Ariquemes/RO, CEP: 76.872-872.

9.3. As atribuições e competências de gestores e fiscais encontram-se no Decreto Nº 008/2024/CISAN Central/RO.

10. METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS

10.1. Com a finalidade de subsidiar a definição da solução mais adequada e a estimativa de custos da contratação, foi realizada pesquisa de mercado voltada à identificação de fornecedores e dos valores praticados para serviços de locação de veículos. Para tanto, também foi utilizada a plataforma Banco de Preços, ferramenta consolidada no mercado e amplamente adotada pela Administração Pública, inclusive recomendada por órgãos de controle.

10.2. O levantamento contemplou consultas a empresas especializadas no ramo de locação de veículos, com o objetivo de verificar a disponibilidade de frota, as condições de execução dos serviços,

os valores praticados no mercado e a compatibilidade das soluções ofertadas com as necessidades operacionais do CISAN Central/RO.

10.3. A pesquisa realizada por meio da plataforma Banco de Preços considerou, três ou mais referências de valores para composição da média estimada. Complementarmente, visando maior aderência à realidade regional e à exequibilidade da futura contratação, também foram consideradas cotações obtidas junto a empresas de regiões próximas, de modo a refletir preços compatíveis com o mercado e viáveis à ampla participação de empresas do setor no certame.

10.4. Os dados obtidos permitiram confirmar a existência de mercado fornecedor competitivo e apto ao atendimento da demanda, bem como subsidiaram a estimativa de preços e a definição da solução mais vantajosa para a Administração, observando-se os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

11.1. A solução proposta consiste na realização de contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos utilitários, visando atender, conforme a necessidade da Administração, às demandas operacionais, técnicas e administrativas do CISAN CENTRAL/RO.

11.2. Trata-se de medida de caráter estratégico e operacional, destinada a assegurar mobilidade institucional compatível com a extensão territorial de atuação do Consórcio, com a complexidade de suas atribuições e com o crescimento progressivo de seus programas e ações. A modelagem da contratação foi estruturada considerando os seguintes eixos fundamentais:

11.3. Descentralização territorial das atividades: O Consórcio atua em diversos municípios consorciados, cujas demandas encontram-se distribuídas geograficamente, exigindo deslocamentos frequentes, simultâneos e, em muitos casos, de longa distância.

11.3.1. Necessidade de atuação presencial das equipes técnicas: Parte significativa das atividades desenvolvidas depende de presença física nos locais de execução, abrangendo fiscalizações, visitas técnicas, acompanhamentos operacionais, reuniões institucionais, orientações aos municípios e demais ações externas, não sendo possível sua substituição integral por meios remotos.

11.3.2. Continuidade e simultaneidade das demandas: As atividades administrativas, operacionais e técnicas ocorrem de forma paralela e contínua, exigindo disponibilidade logística adequada, sob pena de comprometimento da eficiência institucional.

11.3.3. Atuação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM: O Consórcio mantém estrutura responsável pela fiscalização de estabelecimentos produtores de produtos de origem animal nos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SISBI-POA. Tais atividades são permanentes, realizadas diariamente em áreas urbanas e rurais, muitas vezes em locais de difícil acesso, demandando deslocamento constante das equipes técnicas.

11.4. A solução foi organizada de forma funcional, permitindo que os veículos sejam disponibilizados conforme as necessidades de cada setor ou unidade administrativa, observando critérios de economicidade, racionalização de recursos e eficiência na execução das atividades institucionais.

11.5. O modelo de locação deverá contemplar, de forma completa, todos os elementos necessários ao regular funcionamento da frota durante a vigência do Registro de Preços, incluindo manutenção

preventiva e corretiva, cobertura securitária, assistência técnica, substituição de veículos em caso de indisponibilidade e demais serviços correlatos previstos no instrumento convocatório.

11.6. A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza variável da demanda, da impossibilidade de previsão exata dos quantitativos a serem utilizados e da necessidade de contratações parceladas ao longo da vigência da ata, permitindo maior flexibilidade administrativa e melhor gestão orçamentária.

11.7. Sob a perspectiva institucional, a solução proposta:

- a) assegura melhores condições logísticas para execução das atividades do Consórcio;
- b) amplia a capacidade de atendimento aos municípios consorciados;
- c) fortalece a atuação técnica e fiscalizatória em campo;
- d) reduz entraves operacionais decorrentes da indisponibilidade de veículos;
- e) contribui para maior eficiência administrativa e continuidade dos serviços públicos prestados.

11.8. Diante do exposto, conclui-se que a solução apresentada é adequada ao interesse público, compatível com as necessidades administrativas do CISAN CENTRAL/RO e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade dos serviços públicos.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. A estimativa do valor da contratação foi obtida com base nos dados coletados na pesquisa de preços, conforme detalhado no item 10.

12.2. Para definição do preço estimado, foi adotada a média aritmética dos valores válidos obtidos, após análise de consistência e exclusão de valores discrepantes ou inexequíveis.

12.3. Foram considerados como referência:

- Contratações similares da Administração Pública através da plataforma Banco de Preços;
- Cotações com fornecedores.

12.4. Os documentos que subsidiaram a estimativa encontram-se anexados ao processo administrativo, garantindo a transparência e a rastreabilidade das informações.

13. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

13.1. Sustentabilidade

13.1.1. A empresa contratada deverá adotar, de forma contínua, práticas sustentáveis e medidas que minimizem os impactos ambientais decorrentes da execução contratual, observando, no mínimo:

- I. O integral cumprimento da legislação ambiental vigente, bem como das normas técnicas e regulamentares aplicáveis à atividade;
- II. A realização de manutenção preventiva e corretiva dos veículos utilizados, visando à redução de emissões de poluentes, aumento da eficiência operacional e prevenção de falhas mecânicas;
- III. A adoção de procedimentos operacionais seguros, com vistas à prevenção de acidentes e à proteção da saúde e integridade física dos trabalhadores e usuários;
- IV. A adequada destinação ambientalmente correta de resíduos eventualmente gerados na execução contratual, especialmente óleos, pneus, baterias, peças e materiais automotivos;
- V. A capacitação e orientação contínua dos profissionais envolvidos quanto às boas práticas ambientais, segurança do trabalho e condução segura dos veículos;

VI. A adoção de práticas que promovam a eficiência no consumo de combustíveis e redução de impactos ambientais;

VII. A observância de medidas que contribuam para a redução do consumo de recursos naturais e para a sustentabilidade das atividades executadas.

13.2. Subcontratação, cessão e/ou transferência

13.2.1. Fica vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta licitação, bem como a sua cessão ou transferência, a qualquer título, a terceiros, sem prévia e expressa autorização da Administração.

13.2.2. O descumprimento do disposto neste item ensejará a aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente e do instrumento contratual.

13.3. Requisitos da Contratação:

13.3.1. A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais e administrativos compatíveis com a natureza das atividades desenvolvidas pelo CISAN CENTRAL/RO, considerando a atuação simultânea nos municípios consorciados, nas Unidades Operacionais e nas atividades de fiscalização e gestão institucional.

13.3.2. Abaixo seguem os requisitos mínimos exigidos da (s) empresa (s) contratada (s):

13.3.3. Comprovação de aptidão para prestação de serviços similares com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13.3.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

13.3.5. Os atestados ou certidões deverão estar emitidos em papel timbrado do (s) Órgão (s) ou da (s) Empresa (s) que o expediram, ou deverão conter carimbo do CNPJ do (s) mesmo (s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.

13.3.6. Não serão aceitos atestados ou certidões de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.

13.3.7. A contratada deverá apresentar no ato da entrega dos veículos:

- a) Certificado de Registro e Licenciamento;
- b) Comprovante de regularidade veicular e demais obrigações legais de trânsito vigentes;
- c) Apólice de seguro vigente;
- d) Veículos devidamente abastecidos (tanque cheio).

13.3.8. Os veículos disponibilizados durante toda a vigência contratual deverão possuir, no máximo, 2 (dois) anos de uso e até 10.000 km (dez mil quilômetros) rodados no momento de sua disponibilização à Administração, mantendo-se em perfeito estado de conservação, segurança, trafegabilidade e funcionamento, devidamente licenciados e regularizados, atendendo integralmente às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, às normas do CONTRAN e à legislação de trânsito vigente, podendo a Administração recusar, justificadamente, veículos que apresentem desgaste excessivo, avarias, falhas mecânicas ou quaisquer condições incompatíveis com a adequada execução contratual.

13.3.9. Os veículos deverão possuir todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente, incluindo estepe em condições de uso, triângulo, macaco, chave de roda e demais acessórios obrigatórios.

13.3.10. Os veículos deverão ser entregues com película de controle solar nos vidros (conforme Resolução CONTRAN nº 989/2022).

13.3.11. Os veículos deverão ser entregues com identificação visual institucional padronizados conforme modelo fornecido pela contratante.

13.3.12. A contratada será responsável pela remoção dos adesivos e restauração do veículo ao estado original, sem custos adicionais.

13.3.13. Os veículos deverão ficar dispostos nos pátios do CISAN CENTRAL/RO durante a vigência contratual.

13.3.14. A contratada deverá comprovar disponibilidade jurídica e operacional da frota necessária à execução contratual.

13.3.15. A quilometragem será livre, não sendo estabelecido qualquer limite máximo de uso durante a execução contratual.

13.3.16. Atendimento no âmbito do Estado de Rondônia;

13.3.17. Permissão de circulação intermunicipal sem restrições;

13.3.18. Entrega dos veículos na sede do CISAN CENTRAL/RO, localizada em Ariquemes/RO.

13.3.19. Os veículos locados deverão permanecer à disposição exclusiva do CISAN CENTRAL/RO durante toda a vigência contratual, estando aptos à utilização a qualquer tempo, conforme a necessidade institucional.

13.3.20. Não poderá haver restrição quanto à quilometragem percorrida, tampouco limitação geográfica de circulação, considerando a abrangência territorial do Consórcio, que atualmente atende 20 municípios e poderá expandir sua área de atuação com a adesão de novos entes consorciados. Da mesma forma, não haverá limitação de horário para utilização dos veículos, uma vez que as atividades institucionais podem demandar deslocamentos em horários diversos do expediente administrativo, inclusive com saídas na madrugada e retornos em período noturno, a depender da localidade e da natureza da demanda. O prazo inicial estimado é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade.

13.4. Renovação da frota

a) A substituição dos veículos deverá ocorrer automaticamente ao completarem 2 (dois) anos de uso ou 100.000 km (cem mil quilômetros) rodados.

b) Os veículos disponibilizados em substituição durante a vigência contratual deverão possuir, no máximo, 2 (dois) anos de uso e até 10.000 km (dez mil quilômetros) rodados no momento de sua disponibilização à Administração, mantendo-se em perfeito estado de conservação, segurança, trafegabilidade e funcionamento, devidamente licenciados e regularizados, atendendo integralmente às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, às normas do CONTRAN e à legislação de trânsito vigente, podendo a Administração recusar, justificadamente, veículos que apresentem desgaste excessivo, avarias, falhas mecânicas ou quaisquer condições incompatíveis com a adequada execução contratual.

c) Em caso de descontinuação de modelo, deverá ser fornecido veículo de qualidade igual ou superior, mediante justificativa formal aprovada pelo gestor do contrato.

13.5. Manutenção preventiva e corretiva

a) A contratada é responsável por toda manutenção preventiva e corretiva, incluindo troca de óleo, filtros, pneus, amortecedores, correias, entre outros componentes.

b) A Contratada deverá realizar gratuitamente todas as revisões necessárias, conforme manual de fábrica, inclusive mão de obra, peças e fluidos e ainda substituir, sem ônus para a Administração, quaisquer peças ou componentes que apresentem defeito de fabricação, vício ou falha de funcionamento.

c) A contratada deverá realizar a substituição dos pneus sempre que apresentarem desgaste incompatível com as normas de segurança e legislação de trânsito vigente, especialmente quando atingirem os limites mínimos de sulco estabelecidos pelo CONTRAN, bem como quando apresentarem deformações, avarias, cortes, bolhas ou qualquer condição que comprometa a segurança, estabilidade e trafegabilidade dos veículos. Independentemente do desgaste mínimo legal, a fiscalização poderá exigir a substituição de pneus que apresentem desgaste excessivo ou condições inadequadas para utilização segura nas atividades operacionais do consórcio.

d) Caso o reparo ultrapasse 48 horas, deverá ser disponibilizado veículo substituto.

e) A contratada deverá:

- » Avisar previamente sobre retiradas para manutenção;
- » Atender a panes em até 1 (uma) hora após chamado;
- » Disponibilizar central de atendimento 24h com contatos fixos, celulares e e-mail;
- » Oferecer socorro mecânico e transporte de veículos e passageiros em todo território nacional, inclusive fins de semana e feriados.

13.6. Seguro dos veículos

a) O custo mensal deverá incluir seguro total com cobertura mínima de danos corporais a terceiros; danos materiais e danos morais.

b) O seguro deverá ter validade durante todo o período contratual.

c) Em caso de furto, roubo ou colisão, a substituição do veículo reserva deve ocorrer em até 48 horas.

d) Em até 30 dias, deverá ser fornecido veículo compatível definitivo. A franquia do seguro será de responsabilidade da contratante somente quando comprovada a culpa exclusiva do condutor vinculado ao Consórcio. Para fins de ressarcimento, a empresa contratada deverá obrigatoriamente adotar a modalidade de franquia reduzida.

e) Em sinistros por causas naturais, vandalismo ou culpa de terceiros, a responsabilidade recai sobre a contratada.

13.6.1. O prazo de validade de apólice de seguro deve contemplar todo o prazo contratual.

13.6.2. Na hipótese de furto, roubo, colisão com avarias dos veículos locados ou em caso de colisão com perda total do veículo, os prejuízos e franquias serão de total responsabilidade da contratada.

13.6.3. Nas hipóteses descritas no item anterior, a contratante será responsável pela realização de Boletim de Ocorrência (B.O.) e pelo aviso à contratada, mediante os canais de comunicação por ela disponibilizados.

13.6.4. A franquia só caberá à contratante em caso de o sinistro ser causado por culpa exclusiva de motorista do consórcio, sendo o condutor vinculado ao Consórcio responsável pelo pagamento integral do valor da franquia reduzida para o veículo sinistrado.

13.6.5. Nos casos em que a responsabilidade pelas avarias for de terceiros, vandalismo, acidentes fortuitos e danos causados por fenômenos da natureza, o gestor do contrato comunicará a contratada

por escrito, anexando cópia do boletim de ocorrência policial, cessando automaticamente a responsabilidade da contratante.

13.6.6. Em casos de acidentes em que haja sinistro e/ou perda total do automóvel, o veículo deverá ser substituído por outro do mesmo modelo, reserva, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, pelo período em que for necessário, responsabilizando-se, ainda, por todas as medidas a serem tomadas com relação ao veículo alugado e não disponibilizado.

13.6.7. Ocorrendo o previsto no item anterior, a contratada terá o prazo de até 30 (trinta) dias para entregar à contratante veículo compatível com condições iniciais de contrato e / ou de renovação de contrato, em substituição ao veículo reserva.

13.6.8. O modelo do veículo entregue em substituição ao automóvel reserva deverá conter todas as especificações solicitadas.

13.6.9. Caso não ocorra a entrega do veículo nos prazos avençados deverão ser descontados os dias em atraso da entrega do veículo no valor da locação mensal.

13.6.10. Independente da contratação de seguro ou cobertura total, serão de responsabilidade da contratada os seguintes itens:

- a) Atendimento aos veículos no local, em caso de panes ou acidentes;
- b) Reboque do veículo, caso não seja possível realizar os reparos no local;
- c) Licenciamento e emplacamento;
- d) Assistência 24 horas, 07 dias por semana, em todo território nacional;
- e) Acompanhamento judicial e extrajudicial de sinistros;
- f) Controle de manutenção preventiva, manutenção corretiva e garantia (peças, mão de obra, oficinas);
- g) Controle de documentação de circulação dos veículos.

13.7. Infrações de trânsito

- a) As multas decorrentes de infrações cometidas pela contratante serão de sua responsabilidade, desde que notificadas dentro do prazo legal.
- b) A contratada deverá comunicar qualquer infração com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do prazo final para identificação do condutor.
- c) A ausência de notificação no prazo acarretará responsabilidade integral da contratada pelos custos das multas e taxas associadas.

13.8. Relatórios de acompanhamento

- a) A contratada deverá encaminhar sempre que solicitado, relatório técnico contendo:
Relação dos veículos locados;
 - » Veículos envolvidos em sinistros;
 - » Autos de infração recebidos;
 - » Manutenções realizadas, discriminando tipo e duração.

13.9. Veículo reserva

- a) O veículo reserva será disponibilizado sem custo adicional, devendo atender às mesmas especificações do contrato.
 - » Em casos de manutenção corretiva ou sinistro, deverá ser entregue em até 48 horas.
 - » Caso o veículo titular não retorne em até 60 dias, deverá ser substituído em definitivo.
 - » Todos os veículos reservas serão entregues com tanque cheio.

13.10. Combustível

- a) O abastecimento dos veículos será de responsabilidade da contratante.
- b) Os veículos, inclusive reservas, deverão ser entregues com o tanque de combustível completo.

14. DETALHAMENTO TÉCNICO DOS VEÍCULOS

- 14.1.** Os veículos deverão atender aos requisitos estabelecidos no item 13 deste Termo de Referência.
- 14.2.** As especificações técnicas detalhadas dos veículos, incluindo características, quantidades e condições de fornecimento, encontram-se descritas na tabela constante neste Termo de Referência.
- 14.3.** Todos os veículos deverão atender integralmente às especificações descritas, não sendo admitidas propostas em desacordo com as características mínimas exigidas.

15. PRAZO/LOCAL E CONDIÇÕES DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

- 15.1.** A contratada deverá disponibilizar os veículos no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.2.** Os veículos deverão ser entregues e disponibilizados na Sede Administrativa do Consórcio CISAN Central/RO, localizada na Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional, CEP 76.872-872, Município de Ariquemes/RO.
- 15.3.** Os veículos deverão ser disponibilizados para atendimento das demandas administrativas e operacionais do CISAN Central/RO.
- 15.4.** Caso ocorra impossibilidade de disponibilização no prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, apresentando justificativa devidamente fundamentada.
- 15.5.** Durante a vigência contratual, os veículos deverão permanecer disponíveis para uso da Administração, garantindo continuidade das atividades institucionais.
- 15.6.** Em caso de falha mecânica, manutenção ou indisponibilidade, a contratada deverá providenciar substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser imediata em casos urgentes devidamente justificados pela Administração.

16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 16.1.** A prestação dos serviços de locação de veículos ocorrerá de forma parcelada, sob demanda da Administração, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme necessidade do Consórcio CISAN Central/RO.
- 16.2.** Os veículos disponibilizados deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela licitante vencedora.
- 16.3.** A Administração reserva-se o direito de recusar veículos que não estejam em conformidade com as condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.
- 16.4.** Todas as despesas relacionadas à disponibilização dos veículos, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguros, encargos operacionais, substituições e demais custos necessários à execução do objeto, serão de responsabilidade exclusiva da contratada.
- 16.5.** A contratada deverá manter atualizados seus canais de comunicação, incluindo telefone, e-mail e demais meios necessários, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 16.6.** O recebimento dos serviços pela Administração não exime a contratada da responsabilidade por eventuais falhas na execução contratual ou pelos prejuízos delas decorrentes.

16.7. A contratada deverá garantir a disponibilidade dos veículos conforme as solicitações da Administração, nos prazos estabelecidos na ordem de fornecimento, não sendo admitidas interrupções injustificadas que comprometam o atendimento da demanda.

17. RECEBIMENTO

17.1. Em conformidade com o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o objeto da presente contratação será recebido da seguinte forma:

17.2. Recebimento provisório

17.2.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega inicial dos veículos, mediante verificação das condições estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo documentação, estado de conservação e conformidade técnica.

17.3. Recebimento definitivo

17.3.1. O recebimento definitivo ocorrerá de forma mensal, mediante ateste do fiscal ou gestor do contrato, após verificação da disponibilidade dos veículos, regularidade da execução contratual, eventuais substituições, ocorrências registradas e demais condições previstas neste Termo de Referência.

17.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, qualidade e adequada execução dos serviços, nem a responsabilidade por eventuais prejuízos decorrentes de falhas ou irregularidades.

17.5. A Administração poderá realizar, sempre que necessário, verificações, inspeções e demais procedimentos destinados à confirmação da adequada execução do objeto, nos termos da legislação aplicável.

18. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

18.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento oficial de identificação do titular.

18.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

18.3. No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

18.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

18.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

18.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

18.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

18.8. Documentos de identificação contendo RG e CPF do (s) sócio (s) ou sócio administrador.

18.9. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF).

18.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

18.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

19. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

19.1. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014).

19.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

19.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

19.4. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

19.5. Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

19.6. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

20. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

20.1. Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/05 (falência e concordata) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

20.2. Nas hipóteses em que a certidão prevista na alínea anterior seja positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, devendo ainda demonstrar que a contratação respeita os limites previstos no seu plano de recuperação.

20.3. A licitante deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio da apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que evidenciem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

21. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

21.1. A licitante deverá apresentar atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) já ter prestado serviços ou gerenciado contrato compatível com o objeto da presente licitação, consistente na locação de veículos utilitários, demonstrando aptidão para a execução do objeto nas condições estabelecidas no edital.

21.2. Para fins de comprovação, os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão indicar os dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail e data de emissão), bem como os dados dos signatários (nome, função e contato), além da descrição detalhada dos serviços prestados, quantidades e prazos de execução.

21.3. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se o direito de solicitar a apresentação de cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondentes aos serviços prestados apresentados nos atestados.

21.4. A Contratada Deverá, ainda, apresentar: comprovação de regularidade dos veículos junto ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), mediante documentação que ateste o devido licenciamento e condições regulares de circulação;

21.5. Declaração formal de disponibilidade de frota compatível com as exigências do edital, assegurando a plena execução dos serviços nos prazos e condições estabelecidos;

21.6. Declaração de que dispõe ou disponibilizará de todos os recursos necessários à adequada execução do objeto contratual.

22. DECLARAÇÕES A SEREM ANEXADAS JUNTO COM A HABILITAÇÃO

22.1 A licitante deverá apresentar Declaração de Autenticidade, conforme modelo constante no Anexo do Edital.

22.2 A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante no Anexo do Edital.

22.3 Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C.F. de 1988, Anexo do Edital.

22.4 A empresa licitante deverá apresentar Declaração de Enquadramento, Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme modelo constante no Anexo do Edital.

22.5 A ausência das declarações exigidas nos subitens acima não implicará, por si só, a inabilitação da licitante, ressalvando-se que a empresa vencedora permanecerá obrigada ao cumprimento integral das disposições legais aplicáveis, podendo o Pregoeiro (a) solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

22.6 A documentação relativa à habilitação deverá ser anexada no sistema eletrônico no momento do cadastro da proposta.

22.7 A licitante estará obrigada a atender a todas as exigências de habilitação constantes neste Edital. O não atendimento a qualquer requisito poderá acarretar inabilitação, observada a possibilidade de diligência/saneamento quando cabível da licitante.

22.8 A documentação de habilitação anexada no sistema Compras.Gov, desde que atenda a todas as exigências, terá validade para todos os itens do certame nos quais a licitante participe, inclusive para eventuais itens posteriormente negociados no mesmo procedimento licitatório.

22.9 A documentação requerida deverá ser anexada corretamente no sistema Compras.Gov, preferencialmente em arquivo único, nos formatos aceitos (zip, doc, docx, xls, jpg, entre outros), considerando que o campo de inserção é único.

22.10 A apresentação da documentação de habilitação implicará na plena aceitação, pela licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando seu autor ao integral cumprimento das obrigações inerentes ao certame.

22.11. Havendo necessidade de análise minuciosa dos documentos apresentados, o Pregoeiro (a) poderá suspender a sessão pública, comunicando no chat do sistema a nova data e horário para sua continuidade.

22.12. Para fins de habilitação, a verificação realizada pelo Pregoeiro (a) nos sítios oficiais dos órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

22.13. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, seja pela ausência de documentos obrigatórios ou pela apresentação em desacordo com o estabelecido neste Edital.

22.14. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, constatada restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista, a licitante será convocada para comprovar sua regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, prorrogável por igual período mediante justificativa aceita pela Administração.

22.15 A não regularização no prazo estabelecido acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, podendo ser convocados os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, com direito à prorrogação do prazo para regularização nas mesmas condições previstas no subitem anterior.

22.16. Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, contendo o número do CNPJ e o endereço correspondente, nos termos seguintes:

Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

Caso a licitante seja filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

22.17 Documentos emitidos exclusivamente em nome da matriz poderão ser aceitos para a filial e vice-versa, desde que comprovada a situação.

22.18. Na hipótese de a matriz ser a licitante, mas a prestadora do objeto ou emissora da fatura/nota fiscal ser filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

22.19. Verificada a conformidade com as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor.

22.20 A comprovação do preenchimento dos requisitos poderá exigir a apresentação dos documentos originais quando houver dúvida quanto à autenticidade ou integridade dos documentos digitais.

22.21 Havendo a necessidade de apresentação dos documentos originais, estes deverão ser encaminhados presencialmente ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN Central/RO), no horário das 07h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min de segunda a quinta-feira, e das 07h30min às 13h00min às sextas-feiras, sito à Rua Canindé, nº 3622 – Setor Institucional, Ariquemes – RO, CEP 76872-872, ou enviados por meio eletrônico ao e-mail compras@cisancentral.ro.gov.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação.

23. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

23.1. Poderão participar desta licitação todas as empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto deste certame, devidamente qualificadas, mediante comprovação das regularidades fiscais, jurídicas, trabalhistas, econômicas e técnicas.

23.2. Não poderão disputar esta licitação (conforme previsto nos arts. 9º e 14 da Lei 14.133/2021):

- 23.2.1.** Aqueles que não atendam às condições previstas neste Termo de Referência e seus anexos;
- 23.2.2.** Os autores do anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 23.2.3** Empresas, isoladamente ou em consórcio, responsáveis pela elaboração do projeto básico ou executivo, bem como aquelas das quais os autores dos projetos sejam dirigentes, gerentes, controladores, acionistas com participação superior a 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsáveis técnicos ou subcontratados, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a eles necessários;
- 23.2.4** Pessoas físicas ou jurídicas que se encontrem, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 23.2.5.** Aqueles que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 23.2.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que concorram entre si;
- 23.2.7** Pessoas físicas ou jurídicas que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 23.2.8** Agentes públicos do órgão ou entidade licitante;
- 23.2.9** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade;
- 23.2.10** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- 23.2.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 23.2.12** Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação, sendo estas exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado;
- 23.2.13.** Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores do CISAN Central/RO, inclusive na condição de sócio ou dirigente;
- 23.2.14.** Não poderão participar empresas que estejam declaradas inidôneas ou suspensas de licitar ou contratar com a Administração Pública.

24. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

24.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo Sistema de Registro de Preços, com adoção do critério de

juízo de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, em modo de disputa aberto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

24.2. Será declarada vencedora a empresa que apresentar a proposta de menor preço por item, desde que atendidas integralmente as exigências deste Termo de Referência.

25. CONTRATO

25.1. O Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO convocará a empresa vencedora da licitação para assinatura do contrato por meio de ofício encaminhado via e-mail, devendo o respectivo comprovante ser juntado aos autos do processo.

25.2. Para assinatura do contrato, a empresa terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação encaminhada por e-mail.

25.3. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado por igual período, desde que apresentada justificativa com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do término do prazo e aceita pelo CISAN Central/RO.

25.4. Antes da assinatura do termo de contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta on-line ao SICAF, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

25.5. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, a contratada deverá regularizar sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato e neste Termo de Referência.

25.6. Quando da assinatura do contrato, a contratada poderá apresentar Carta de Preposto, indicando sócio ou empregado da empresa para representá-la durante a vigência contratual, devendo constar, no mínimo, os seguintes dados: nome completo, CPF, RG, função na empresa e qualificação profissional.

25.7. Do Prazo de Vigência:

25.7.1. A vigência será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada sucessivamente, observados os limites legais previstos na Lei nº 14.133/2021.

25.7.2. É condição para a efetivação dos pagamentos que o contrato esteja devidamente assinado pelas partes e que o extrato do contrato tenha sido publicado nos meios oficiais, com a devida comprovação juntada aos autos.

25.7.3. O não cumprimento dessa condição implicará a impossibilidade de realização de pagamentos até a devida regularização, sem prejuízo das responsabilidades cabíveis.

25.7.4. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que o CISAN Central/RO, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento).

25.7.5. Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, por meio do termo aditivo.

25.8. Do Reajuste do Contrato

25.8.1. O reajuste de preços será realizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

25.8.2. O reajuste somente poderá ser concedido após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base da proposta ou da assinatura do contrato, o que for aplicável, mediante solicitação formal da contratada.

25.8.3. A aplicação do reajuste deverá ser formalizada por meio de apostilamento ou instrumento equivalente, conforme legislação vigente.

25.9. Da cessão, transferência e/ou sublocação do contrato:

25.9.1. É expressamente vedada a cessão, transferência ou sublocação total ou parcial dos direitos e obrigações do contrato, salvo autorização expressa da Administração, quando admitido em lei.

25.10. Rescisão do contrato:

25.10.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, conforme condições contratuais e legislação aplicável.

25.10.2. Poderão ser motivos de rescisão as hipóteses previstas no art. 137 da Lei 14.133/2021, sendo a rescisão unilateral, amigável ou judicial, conforme art. 138 da mesma lei.

25.10.3 A contratada reconhece os direitos da contratante nos casos previstos nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

25.11. Dos Acréscimos e Supressões

25.11.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que o CISAN Central/RO determinar no valor inicial atualizado do contrato, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme legislação vigente.

25.11.2. Fica facultada a supressão além do limite previsto, mediante acordo entre as partes, formalizado por termo aditivo.

26. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

26.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes contratantes, em estrita observância às cláusulas pactuadas, às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

26.2. Ocorrendo impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o cronograma pactuado será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante registro da ocorrência por apostilamento ao contrato.

26.3. As comunicações formais entre a Administração Contratante e a Contratada deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se, para fins de agilidade e eficácia administrativa, o uso de mensagens eletrônicas, observada a devida formalidade e segurança da informação.

26.4 A Administração poderá convocar representante da contratada, sempre que necessário, para adoção de providências de caráter imediato, com vistas à adequada execução contratual.

26.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, poderá ser realizada reunião inicial entre o gestor do contrato e representante da contratada, para apresentação do plano de fiscalização contratual, contendo orientações quanto às obrigações contratuais, mecanismos de acompanhamento, estratégias de execução do objeto, plano complementar da contratada (quando houver), metodologia de aferição de resultados e sanções aplicáveis.

26.6 Da Fiscalização Contratual:

26.6.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais designados formalmente pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

26.7 Da Fiscalização Técnica:

26.7.1 O fiscal técnico será responsável pelo acompanhamento da execução do objeto, assegurando o cumprimento integral das condições pactuadas e a obtenção dos resultados esperados pela Administração Pública.

26.7.2 O fiscal técnico anotarà, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive eventuais não conformidades, com descrição detalhada e orientações para sua regularização.

26.7.3. Constatadas inexecução ou irregularidades na execução contratual, o fiscal técnico deverá emitir notificações à contratada, estabelecendo prazo razoável para correção.

26.7.4 Sempre que a situação demandar medidas além da competência do fiscal técnico, este deverá informar o gestor do contrato em tempo hábil, para adoção das providências cabíveis.

26.7.5. Ocorrendo situações que comprometam o cumprimento dos prazos contratuais, o fiscal técnico comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato.

26.7.6 O fiscal técnico deverá informar, com a devida antecedência, o término da vigência contratual, a fim de possibilitar a análise sobre eventual prorrogação ou nova contratação.

26.8. Da Fiscalização Administrativa:

26.8.1 O fiscal administrativo será responsável por verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar os procedimentos de empenho, pagamento, glosas, garantias contratuais, bem como formalização de termos aditivos e apostilamentos.

26.8.2. Na hipótese de descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente para resolução do problema, reportando ao gestor do contrato os casos que ultrapassarem sua alçada decisória.

26.9. Da Gestão Contratual:

26.9.1. Compete ao gestor do contrato coordenar a execução contratual, promovendo o registro de todos os atos e ocorrências no histórico de gerenciamento do contrato, inclusive ordens de serviço, alterações contratuais, registros de ocorrências e prorrogações, elaborando relatórios de acompanhamento conforme necessário.

26.9.2 O gestor do contrato deverá acompanhar os registros realizados pelos fiscais técnico e administrativo, adotando, quando necessário, as medidas corretivas ou comunicando a autoridade competente sobre questões que extrapolem sua competência.

26.9.3. É responsabilidade do gestor do contrato monitorar a regularidade das condições de habilitação da contratada para fins de liquidação e pagamento, registrando em relatório de riscos eventuais os fatores impeditivos à normal tramitação da despesa.

26.9.4 O gestor emitirá documento comprobatório do desempenho da contratada, com base nas avaliações dos fiscais, contemplando o cumprimento das obrigações contratuais, desempenho técnico e eventuais penalidades aplicadas, para fins de registro no sistema de gestão contratual.

26.9.5. Quando verificada infração contratual que enseje responsabilização, o gestor providenciará a instauração de processo administrativo, a ser conduzido pela comissão competente ou autoridade designada, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

26.9.6. Ao final da execução, o gestor do contrato deverá elaborar relatório conclusivo, contendo avaliação sobre o alcance dos objetivos da contratação, bem como sugestões para o aprimoramento de futuras contratações.

26.9.7 O gestor deverá encaminhar ao setor responsável a documentação necessária à formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com base nos valores efetivamente aferidos pela fiscalização.

27. DO PAGAMENTO

27.1. O pagamento observará os procedimentos, prazos e condições estabelecidos no Decreto nº 08/CISAN/2024, que regulamenta, no âmbito do CISAN Central/RO, a execução contratual prevista na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

27.2. O pagamento será efetuado exclusivamente após o recebimento definitivo dos serviços previstos na Cláusula II deste instrumento, devidamente atestado pela autoridade competente.

27.3. Em conformidade com os artigos 141 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o pagamento das obrigações contratuais observará a ordem cronológica de exigibilidade, conforme as categorias contratuais estabelecidas na referida legislação.

27.4. O prazo para liquidação e pagamento não poderá exceder 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da respectiva nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestado.

27.5. Compete ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO a adoção de todos os atos necessários à correta liquidação da despesa.

27.6. O prazo previsto no item 27.4 ficará suspenso sempre que forem identificadas inconsistências na execução do objeto, na nota fiscal ou no instrumento de cobrança equivalente, cabendo à contratada a correção das pendências.

27.7. Durante o período de regularização das inconsistências pela contratada, sua posição na ordem cronológica de pagamento será suspensa, sendo restabelecida após a solução das pendências, sem prejuízo à continuidade da contagem dos prazos contratuais.

27.8. Em casos de força maior ou de caso fortuito que inviabilizem a liquidação ou o pagamento, os prazos ficarão suspensos até a superação do impedimento, sendo preservada a posição originária da obrigação na ordem cronológica.

27.9. Havendo controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente no que se refere à quantidade, qualidade ou conformidade do serviço prestado, a parcela incontroversa será paga no prazo legal, permanecendo o valor controverso retido até a devida resolução, com manutenção de sua posição cronológica.

28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

28.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, além das seguintes obrigações específicas:

28.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), a Contratada deverá encaminhar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a Nota Fiscal, os seguintes documentos, para fins de pagamento:

- I. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- II. Certidão conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

- III. Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da empresa;
- IV. Certificado de Regularidade do FGTS -CRF;
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

28.3. Responsabilizar-se integralmente por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos previstos na legislação aplicável, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, sem que tal inadimplência possa, em qualquer hipótese, onerar o objeto do contrato.

28.4. Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, inclusive tributos, encargos, deslocamentos, seguros e demais custos diretos ou indiretos eventualmente incidentes.

28.5. Informar, para fins de recebimento de comunicações, ordens de serviço, intimações ou notificações, o nome do preposto responsável, endereço comercial atualizado, e-mail, número de telefone fixo, número de telefone celular e número de aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp ou equivalente).

28.6. Interromper imediatamente, por determinação da Contratante, qualquer atividade que esteja sendo executada em desacordo com as boas práticas técnicas ou que ofereça risco à segurança de pessoas ou bens de terceiros.

28.7. Guardar sigilo absoluto sobre todas as informações obtidas em razão da execução do contrato, inclusive após o término da relação contratual.

28.8. Cumprir integralmente as normas de segurança, bem como as demais disposições legais vigentes nas esferas federal, estadual e municipal, que sejam aplicáveis à execução do objeto.

28.9. Orientar e treinar seus funcionários quanto às obrigações previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas eficazes para a proteção de dados pessoais eventualmente acessados durante a execução contratual.

28.10. Responsabilizar-se integral e exclusivamente pela utilização regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças exigidas para a execução do objeto, eximindo a Contratante de quaisquer responsabilidades decorrentes de infrações a direitos de terceiros.

28.11. Indicar, nas notas fiscais emitidas, a descrição detalhada do objeto executado, quantitativos e valores correspondentes, conforme ordens de serviço ou solicitações emitidas pela Administração.

28.12. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, por dolo ou culpa na execução do contrato, não se eximindo dessa responsabilidade mesmo quando houver fiscalização por parte do CISAN Central/RO.

28.13. Realizar, às suas expensas, a substituição de serviços ou itens executados que apresentem defeitos ou estejam em desacordo com as especificações técnicas, sendo exigido que os itens substituídos tenham qualidade igual ou superior, sem cobrança de valores adicionais.

28.14. Cumprir integralmente os prazos estabelecidos para o início, execução e conclusão dos serviços contratados.

28.15. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato extraordinário ou anormal ocorrido durante a vigência contratual que possa comprometer a execução do objeto.

28.16. Fornecer serviços e equipamentos em perfeitas condições de uso, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos.

29. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

29.1 A Administração obriga-se a:

29.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.

29.3 Receber o objeto contratado no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

29.4 Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas.

29.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.

29.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

29.7 Exercer a fiscalização dos serviços na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/21.

29.8 Providenciar o empenho e posterior pagamento da Nota Fiscal ou fatura em até 30 (trinta) dias contados do atesto do recebimento definitivo do objeto.

29.9 Aplicar as penalidades previstas no presente instrumento, na hipótese de a Contratada não cumprir os termos constantes neste Termo de Referência.

29.10 Prestar à Contratada todas as informações e dados por ela solicitados, desde que disponíveis e do conhecimento do Contratante.

29.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros.

29.12 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.

29.13 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

29.14 Indicar o representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

29.15 Providenciar os pagamentos devidos à Contratada nos prazos acordados.

30. PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

30.1. As partes deverão cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

30.2. Os dados obtidos pelas partes somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

30.3. A Contratada será responsável pela implementação de medidas adequadas de segurança da informação, destinadas a proteger os dados pessoais tratados no âmbito da execução dos serviços de locação de veículos.

30.4. A coleta, o processamento e o armazenamento de dados pessoais deverão restringir-se aos estritamente necessários para a execução do objeto contratual.

30.5. O tratamento de dados pessoais deverá observar os princípios previstos na LGPD, especialmente os de finalidade específica, adequação, necessidade, consentimento e transparência.

30.6. Na hipótese de transferência internacional de dados pessoais, a Contratada compromete-se a adotar as providências necessárias para assegurar a conformidade com as exigências da LGPD.

30.7. A Contratada notificará imediatamente a Contratante acerca de qualquer transferência internacional de dados pessoais.

30.8. A Contratada implementará mecanismos de segurança da informação eficazes para resguardar os dados pessoais contra acessos não autorizados, divulgação, alteração ou destruição indevida.

30.9. A Contratada realizará auditorias periódicas de segurança da informação e comunicará à Contratante quaisquer incidentes que possam comprometer a proteção dos dados pessoais.

30.10. Em caso de violação de segurança que possa afetar a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais, a Contratada notificará a Contratante sem demora injustificada.

30.11. A notificação mencionada no item anterior deverá conter informações detalhadas acerca da natureza da violação, suas possíveis consequências e as medidas adotadas para mitigar os riscos decorrentes.

30.12. A Contratada, bem como seus colaboradores diretamente envolvidos na execução dos serviços de locação de veículos, compromete-se a manter o sigilo e a confidencialidade sobre os dados pessoais tratados, tanto durante a vigência do contrato quanto após seu término.

30.13. A obrigação de confidencialidade abrange todas as informações relacionadas aos dados pessoais, incluindo processos, procedimentos e tecnologias utilizados.

30.14. A Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias periódicas para verificar o cumprimento, pela Contratada, das disposições contratuais e legais referentes à proteção de dados pessoais.

30.15. A Contratada compromete-se a colaborar integralmente com as auditorias, disponibilizando acesso a documentos, registros e pessoal necessários à verificação.

30.16. O descumprimento das obrigações relacionadas à proteção de dados acarretará responsabilidade civil, administrativa e contratual, podendo ensejar a rescisão do contrato, além de sanções previstas na legislação vigente.

31. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

31.1. Os recursos necessários para a execução do objeto desta contratação estão assegurados no orçamento financeiro de 2026 na seguinte dotação:

Órgão: Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia CISAN Central/RO.

31.1.1. Unidade Administrativa CISAN/RO

- **Unidade Orçamentária:** 17.512.0100 Manutenção das Atividades Administrativas
- **Projeto/Atividade:** 17.512.0100.2100.0000 Manutenção das Atividades Administrativas do CISAN Central/RO
- **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- **Ficha Orçamentária:** 008
- **Centro de Custo:** Administrativo

31.1.2. Unidade Operacional Saneamento Básico

- **Unidade Orçamentária:** 17.512.0101 Desenvolvimento das Atividades Operacionais de Saneamento Básico
- **Projeto/Atividade:** 17.512.0101.2101.0000 Manutenção da Operacionalização do Aterro Sanitário Operacional
- **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- **Ficha Orçamentária:** 021
- **Centro de Custo:** Unidade Operacional de Ariquemes e Jaru

31.1.3. Unidade de Inspeção Municipal SIM Consorciado

- **Unidade Orçamentária:** 20.608.0103 Serviços de Inspeção Municipal
- **Projeto/Atividade:** 20.608.0103.2105.0000 Manutenção das Atividades do Serviço de Inspeção Municipal SIM Consorciado
- **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.99 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- **Ficha Orçamentária:** 034
- **Centro de Custo:** Unidade Serviço de Inspeção (SIM)

32. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

32.1. Comete infração administrativa o fornecedor que incorrer em quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

32.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

32.3. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

32.4. Dar causa à inexecução total do contrato;

32.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

32.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

32.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

32.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

32.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Pregão Eletrônico ou a execução do contrato;

32.10. Fraudar o processo de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

32.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

32.12. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances;

32.13. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

32.14. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

32.15. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Advertência, nos casos de infrações de menor potencial ofensivo, especialmente as previstas nos subitens 32.2 e 32.5, quando não se justificar penalidade mais grave.

- I. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação ou contratação, nos casos de recusa injustificada em assinar o contrato, e/ou nas infrações previstas nos subitens 32.2. a 32.10.
- II. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou contratação, na hipótese de a licitante ou futura contratada retardar injustificadamente o procedimento de contratação, ou descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:
- III. Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- IV. Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela autoridade competente;
- V. Tumultuar a sessão pública da licitação;
- VI. Descumprir requisitos de habilitação na licitação, a despeito da declaração em sentido contrário;
- VII. Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- VIII. Deixar de regularizar documentos fiscais no prazo concedido, nos termos da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006;
- IX. Propor impugnações ou esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório;
- X. Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- XI. Permanecer inadimplente após aplicação de advertência e/ou multa moratória referida no artigo 147 do Decreto nº 08/2024/CISAN Central/RO;
- XII. Deixar de regularizar, no prazo definido pela autoridade competente, os documentos exigidos para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- XIII. Deixar de complementar o valor da garantia recolhida (quando necessário) após solicitação da autoridade competente;
- XIV. Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade.

32.16 O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do contrato, salvo razões de interesse público devidamente motivadas:

32.17. O atraso para apresentação, execução, prestação e obrigação contratual ou licitatória, para efeito de cálculo da multa e ou rescisão contratual, será contado em dias contínuos, a partir do 1º dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o seu cumprimento.

32.18. Caracteriza-se inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pela Contratante;

32.19. Caracteriza-se inadimplemento parcial quando do atraso injustificado para substituição de algum objeto quando adjudicado e ou contratado por item.

32.20. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 32.2 a 32.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

32.21. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 32.8 a 32.10, ou quando houver motivo justificado;

32.22. A aplicação de quaisquer penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

32.23. Na aplicação das sanções serão considerados:

32.24. A natureza e a gravidade da infração;

32.25. As peculiaridades do caso concreto;

32.26. Circunstâncias atenuantes ou agravantes;

32.27. Os danos causados à Administração;

32.28. A existência ou não de programa de integridade implementado.

32.29. Caso a multa aplicada e as indenizações cabíveis sejam superiores ao valor a ser pago pela Administração, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

32.30. A aplicação das sanções não isenta a Contratada da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.

32.31. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas.

32.32. Se durante o processo sancionador houver indícios de ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013, cópias do processo serão remetidas à autoridade competente para decisão sobre eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

32.33. A apuração de demais infrações administrativas não enquadradas na Lei nº 12.846/2013 seguirá o rito normal da unidade administrativa competente.

32.34. O processamento do PAR não prejudica o andamento dos processos administrativos que apurem danos ou prejuízos à Administração Pública.

32.35. A aplicação de penalidades será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/1999.

33. DO FORO

33.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação.

34. DISPOSIÇÕES GERAIS

34.1. Mais informações poderão ser obtidas por meio do endereço eletrônico compras@cisancentral.ro.gov.br, pelo telefone institucional do CISAN Central/RO através do número (69) 3185-0310 e presencialmente na sede administrativa do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO, localizada na Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional, Ariquemes/RO, no horário das 07h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min, de segunda a quinta-feira, e das 07h30min às 13h30min às sextas-feiras.

Ariquemes-RO, 25 de maio de 2026.

Termo de Referência Elaborado por:

THAIS ROCHA DE SOUZA

Membro da Equipe de Apoio

Portaria 046/2026/CISAN Central/RO

Revisado por:

Nabila Rhaiane Nascimento Portugal
Diretora Técnica – Gestão de Saneamento
Decreto nº012/2024/CISAN Central/RO

Autorizado por:

Walleson Higor Corrêa Jordão
Superintendente
CISAN Central/RO

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	Retificado 2	25/05/2026
ID: 73022		Processo
CRC: 17055BCB		Documento
Processo: 1-231/2026		
Usuário: THAIS ROCHA DE SOUZA		
Criação: 25/05/2026 17:09:53	Finalização: 25/05/2026 17:16:31	
MD5: 589FE143067698DC81BE19B14E2EFF2E		
SHA256: 9960E0CF21CF3DE506BB54D72F1DFCDD56F751AF933DFB2602B3E8C0B058620B		

Súmula/Objeto:

Termo de Referência retificado, referente ao processo nº 231, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, destinados ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e institucionais do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO.

INTERESSADOS

CISAN CENTRAL	ARIQUEMES	RO	25/05/2026 17:09:53
---------------	-----------	----	---------------------


ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA	25/05/2026 17:09:53
--------------------------------------	---------------------


CIENTES

NABILA RHAIANE NASCIMENTO PORTUGAL	26/05/2026 08:36:00
------------------------------------	---------------------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 THAIS ROCHA DE SOUZA	ASSESSOR DE CPL	25/05/2026 17:16:40
---	-----------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

 NABILA RHAIANE NASCIMENTO PORTUGAL	Diretora de Gestão de Saneamento	26/05/2026 08:35:54
---	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

 GILLIARD DOS SANTOS GOMES	PRESIDENTE	26/05/2026 08:43:14
--	------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

 WALLESON HIGOR CORREA JORDAO	SUPERINTENDENTE	26/05/2026 09:12:00
---	-----------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site cisan.digproc.com.br/ informando o ID 73022 e o CRC 17055BCB.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Versão atualizada em 01 de abril de 2026.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 Número do processo 231/2026.

2. OBJETO

2.1 Este estudo preliminar tem como objetivo apresentar a esta superintendência do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN Central/RO) o **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR** e sua viabilidade perante a necessidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA (CISAN CENTRAL/RO).**

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 O presente documento, denominado Estudo Técnico Preliminar é elaborado em atendimento às disposições contidas no inciso I do Art. 72 da Lei Federal nº. 14.133/21 e Art. 47 do Regulamento de Procedimento para o Planejamento das Licitações e Contratações, disposto no Decreto nº 08/2024-CISAN CENTRAL/RO, pela Equipe de Planejamento que tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da solicitação que consta no **Documento de Formalização da Demanda - DFD**, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL/RO.
- 3.2 O Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO desempenha atividades administrativas e operacionais no Estado de Rondônia, atuando na gestão ambientalmente adequada de resíduos sólidos, elaboração de projetos, gestão de convênios, execução de políticas

públicas voltadas ao saneamento básico e meio ambiente, serviços de inspeção em agroindustriais e atendimento institucional externo.

3.3 O Consórcio atende atualmente 20 municípios entre consorciados e conveniados, os quais dependem diretamente da execução dos serviços técnicos, operacionais e fiscalizatórios realizados pelo órgão.

3.4 A sede administrativa está localizada na Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional, Ariquemes/RO, onde funcionam as atividades administrativas do:

- ✓ Departamento Administrativo;
- ✓ Departamento Operacional;
- ✓ Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal – S.I.M.

3.5 O crescimento institucional do Consórcio ocorre de forma gradual e acelerada, com ampliação contínua de programas, aumento da demanda técnica e fortalecimento da atuação regional. Tal expansão exige compatibilidade estrutural e logística capaz de sustentar a evolução dos serviços prestados.

3.6 A necessidade de contratação de serviços de locação de veículos utilitários decorre da insuficiência da frota atual frente à demanda operacional dos seguintes departamentos:

3.6.1 Departamento Administrativo

- ✓ A Superintendência e o setor administrativo realizam deslocamentos frequentes para:
 - » Cumprimento de agendas institucionais;
 - » Reuniões técnicas e políticas com gestores municipais;
 - » Tratativas de convênios e parcerias;
 - » Representação institucional junto a órgãos estaduais e federais;
 - » Reuniões intermunicipais, tratativas institucionais e acompanhamento de convênios.
- ✓ A indisponibilidade de veículos compromete o planejamento estratégico, a articulação intermunicipal e a consolidação de políticas públicas regionais.

3.6.2 Departamento Operacional

- ✓ Responsável pela operação e supervisão das duas Unidades de Disposição Final de Resíduos (Jaru e Ariquemes):

- » Central de Disposição Final de Resíduos (CDR) – Aterro Sanitário: Unidade de Jarú, localizado na RO 464, Linha 603, Lote 11B, Gleba 52, Jarú/RO;
- » Central de Tratamento e Disposição Final de Resíduos (CTDR) – Aterro Sanitário Unidade de Ariquemes, localizado na RO 257, Linha C-60, Lote 13B, Gleba 20, Ariquemes/RO.
- ✓ O Departamento Operacional demanda presença técnica constante para:
 - » Acompanhamento das atividades nos aterros sanitários;
 - » Fiscalização ambiental e operacional;
 - » Monitoramento de contratos;
 - » Atendimento a órgãos ambientais;
 - » Deslocamentos intermunicipais para apoio técnico.
- ✓ O volume de demandas operacionais é elevado e simultâneo, exigindo disponibilidade contínua de transporte.
- ✓ A ausência de frota suficiente gera conflitos de agenda, limita a supervisão presencial e, em determinadas situações, obriga colaboradores a utilizarem veículos próprios, prática que não se mostra adequada sob o ponto de vista administrativo.
- ✓ O departamento demanda ainda de motocicletas, destinada a permanecer alocada nas unidades operacionais, para suporte operacional interno e realização de rondas pelos vigias. Ambos os aterros sanitários possuem extensão territorial significativa, demandando deslocamentos internos frequentes para monitoramento perimetral, inspeções de rotina e apoio às atividades operacionais. Uma motocicleta em cada unidade proporcionará maior agilidade nas rondas de vigilância, otimização do tempo de deslocamento e reforço da segurança patrimonial, além de representar solução mais econômica e funcional para deslocamentos internos de curta distância.

3.6.3 Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M.

- ✓ O S.I.M. executa fiscalização de estabelecimentos produtores de produtos de origem animal em 19 municípios consorciados ao programa, em conformidade com as diretrizes do SISBI-POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal).

- ✓ As atividades:
 - » São obrigatórias;
 - » São realizadas diariamente;
 - » Ocorrem em áreas urbanas e rurais;
 - » Muitas vezes exigem acesso a locais de difícil tráfego;
 - » Dependem de deslocamento contínuo dos técnicos a campo.
- ✓ A presença física dos fiscais é condição indispensável para a regularidade do serviço. A limitação de veículos compromete a agenda de inspeções, podendo impactar diretamente a regularização e funcionamento dos estabelecimentos fiscalizados.

3.7 O CISAN CENTRAL/RO vem ampliando sua atuação regional e fortalecendo seus programas junto aos municípios consorciados. A consolidação dessa expansão exige maior presença técnica nos municípios, uma vez que diversas demandas somente são diagnosticadas e solucionadas de forma presencial.

3.8 A execução eficiente dos programas consorciados está diretamente relacionada à capacidade de deslocamento das equipes técnicas, sobretudo em um território amplo, com características logísticas desafiadoras.

3.9 Atualmente, a frota disponível não acompanha o ritmo de crescimento institucional e a expansão das atividades, gerando:

- ✓ Conflitos operacionais entre departamentos;
- ✓ Reagendamentos de atividades essenciais;
- ✓ Redução da capacidade de resposta imediata;
- ✓ Impacto na produtividade institucional.

3.10 Diante desse cenário, a contratação de serviços de locação de veículos utilitários mostra-se necessária para:

- ✓ Garantir a continuidade dos serviços públicos;
- ✓ Assegurar maior presença técnica nos municípios;
- ✓ Compatibilizar a estrutura logística com o crescimento do Consórcio;
- ✓ Sustentar a expansão dos programas ambientais e sanitários;
- ✓ Atender, com eficiência e regularidade, mais de 22% da população do Estado de Rondônia sob sua área de abrangência.

3.11 Assim, a ampliação da frota por meio de locação constitui medida essencial para alinhamento da estrutura operacional do CISAN CENTRAL/RO à sua atual dimensão institucional e à sua projeção de crescimento.

4. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Departamento Operacional do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL/RO	Natalia Terezinha Oliveira Diretora Técnica Operacional Decreto nº 025/2023/CISAN Central-RO
Departamento de Serviço de Inspeção Municipal (S.I.M.) do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL/RO	Juliana Tiemi Yamagishi Coordenadora de S.I.M. Portaria nº 006/2025/CISAN Central-RO

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais e administrativos compatíveis com a natureza das atividades desenvolvidas pelo CISAN CENTRAL/RO, considerando a atuação simultânea nos municípios consorciados, nas Unidades Operacionais e nas atividades de fiscalização e gestão institucional.

5.2 Abaixo segue os requisitos mínimos exigidas da (s) empresa (s) contratada (s):

5.2.1 Comprovação de aptidão para prestação de serviços similares com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.2.1.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

5.2.2 Os atestados ou certidões deverão estar emitidos em papel timbrado do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediram, ou deverão conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.

5.2.3 Não serão aceitos atestados ou certidões de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.

5.2.4 A contratada deverá apresentar no ato da entrega dos veículos:

a) Certificado de Registro e Licenciamento;



- b) Comprovante de IPVA e seguro obrigatório;
 - c) Apólice de seguro vigente;
 - d) Veículos devidamente abastecidos (tanque cheio).
- 5.2.5 O veículo deverá ser zero quilômetro, com fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação.
- 5.2.6 Os veículos deverão ser entregues com todos equipamentos de série exigidos por lei.
- 5.2.7 Os veículos deverão ser entregues com película de controle solar nos vidros (conforme CONTRAN nº 989/2022).
- 5.2.8 Os veículos deverão ser entregues com logo, numeração e adesivos padronizados conforme modelo fornecido pela contratante.
- 5.2.9 A contratada será responsável pela remoção dos adesivos e restauração do veículo ao estado original, sem custos adicionais.
- 5.2.10 Os veículos deverão ficar dispostos nos pátios do CISAN CENTRAL/RO durante a vigência contratual.
- 5.2.11 A empresa vencedora deverá possuir os veículos registrados em seu nome.
- 5.2.12 A quilometragem será livre, não havendo previsão máxima de quilometragem.
- 5.2.13 Atendimento no âmbito do Estado de Rondônia;
- 5.2.14 Permissão de circulação intermunicipal sem restrições;
- 5.2.15 Entrega dos veículos na sede do CISAN CENTRAL/RO, localizada em Ariquemes/RO.
- 5.2.16 Os veículos locados deverão permanecer à disposição exclusiva do CISAN CENTRAL/RO durante toda a vigência contratual, estando aptos à utilização a qualquer tempo, conforme a necessidade institucional.
- 5.2.17 Não poderá haver restrição quanto à quilometragem percorrida, tampouco limitação geográfica de circulação, considerando a abrangência territorial do Consórcio, que atualmente atende 20 municípios e poderá expandir sua área de atuação com a adesão de novos entes consorciados. Da mesma forma, não haverá limitação de horário para utilização dos veículos, uma vez que as atividades institucionais podem demandar deslocamentos em horários diversos do expediente administrativo, inclusive com saídas na madrugada e retornos em período noturno, a depender da localidade e da natureza da demanda.

5.2.18 O prazo inicial estimado é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade.

5.2.19 Renovação da frota

- a) A substituição dos veículos deverá ocorrer automaticamente ao completarem 2 (dois) anos de uso ou 100.000 km (cem mil quilômetros) rodados.
- b) A substituição deverá ser por veículos novos, de fabricação corrente, devidamente caracterizados.
- c) Em caso de descontinuação de modelo, deverá ser fornecido veículo de qualidade igual ou superior, mediante justificativa formal aprovada pelo gestor do contrato.

5.2.20 Manutenção preventiva e corretiva

- a) A contratada é responsável por toda manutenção preventiva e corretiva, incluindo troca de óleo, filtros, pneus, amortecedores, correias, entre outros componentes.
- b) A Contratada deverá realizar gratuitamente todas as revisões necessárias, conforme manual de fábrica, inclusive mão de obra, peças e fluidos e ainda substituir, sem ônus para a Administração, quaisquer peças ou componentes que apresentem defeito de fabricação, vício ou falha de funcionamento.
- c) Caso o reparo ultrapasse 48 horas, deverá ser disponibilizado veículo substituto.
- d) A contratada deverá:
 - » Avisar previamente sobre retiradas para manutenção;
 - » Atender a panes em até 1 (uma) hora após chamado;
 - » Disponibilizar central de atendimento 24h com contatos fixos, celulares e e-mail;
 - » Oferecer socorro mecânico e transporte de veículos e passageiros em todo território nacional, inclusive fins de semana e feriados.

5.2.21 Seguro dos veículos

- a) O custo mensal deverá incluir seguro total com cobertura mínima de danos corporais a terceiros; danos materiais e danos morais.
- b) O seguro deverá ter validade durante todo o período contratual.
- c) Em caso de furto, roubo ou colisão, a substituição do veículo reserva deve ocorrer em até 48 horas.
- d) Em até 30 dias, deverá ser fornecido veículo compatível definitivo.

A franquia do seguro será de responsabilidade da contratante somente quando comprovada a culpa exclusiva do condutor vinculado ao Consórcio. Para fins de ressarcimento, a empresa contratada deverá obrigatoriamente adotar a modalidade de franquia reduzida.

- e) Em sinistros por causas naturais, vandalismo ou culpa de terceiros, a responsabilidade recai sobre a contratada.

5.2.22 O prazo de validade de apólice de seguro deve contemplar todo o prazo contratual.

5.2.23 Na hipótese de furto, roubo, colisão com avarias dos veículos locados ou em caso de colisão com perda total do veículo, os prejuízos e franquias serão de total responsabilidade da contratada.

5.2.24 Nas hipóteses descritas no item anterior, a contratante será responsável pela realização de Boletim de Ocorrência (B.O.) e pelo aviso à contratada, mediante os canais de comunicação por ela disponibilizados.

5.2.25 A franquia só caberá à contratante em caso de o sinistro ser causado por culpa exclusiva de motorista do consórcio, sendo o mesmo o responsável pelo pagamento integral do valor da franquia reduzida para o veículo sinistrado.

5.2.26 Nos casos em que a responsabilidade pelas avarias for de terceiros, vandalismo, acidentes fortuitos e danos causados por fenômenos da natureza, o gestor do contrato comunicará a contratada por escrito, anexando cópia do boletim de ocorrência policial, cessando automaticamente a responsabilidade da contratante.

5.2.27 Em casos de acidentes em que haja sinistro e/ou perda total do automóvel, o veículo deverá ser substituído por outro do mesmo modelo, reserva, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, pelo período em que for necessário,

responsabilizando-se, ainda, por todas as medidas a serem tomadas com relação ao veículo alugado e não disponibilizado.

5.2.28 Ocorrendo o previsto no item anterior, a contratada terá o prazo de até 30 (trinta) dias para entregar à contratante veículo compatível com condições iniciais de contrato e / ou de renovação de contrato, em substituição ao veículo reserva.

5.2.29 O modelo do veículo entregue em substituição ao automóvel reserva deverá conter todas as especificações solicitadas.

5.2.30 Caso não ocorra a entrega do veículo nos prazos avençados deverá ser descontado os dias em atraso da entrega do veículo no valor da locação mensal.

5.2.31 Independente da contratação de seguro ou cobertura total, será de responsabilidade da contratada os seguintes itens:

- a) Atendimento aos veículos no local, em caso de panes ou acidentes;
- b) Reboque do veículo, caso não seja possível realizar os reparos no local;
- c) Licenciamento e emplacamento;
- d) Assistência 24 horas, 07 dias por semana, em todo território nacional;
- e) Acompanhamento judicial e extrajudicial de sinistros;
- f) Controle de manutenção preventiva, manutenção corretiva e garantia (peças, mão de obra, oficinas);
- g) Controle de documentação de circulação dos veículos.

5.2.32 Infrações de trânsito

- a) As multas decorrentes de infrações cometidas pela contratante serão de sua responsabilidade, desde que notificadas dentro do prazo legal.
- b) A contratada deverá comunicar qualquer infração com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do prazo final para identificação do condutor.
- c) A ausência de notificação no prazo acarretará responsabilidade integral da contratada pelos custos das multas e taxas associadas.

5.2.33 Relatórios de acompanhamento

- a) A contratada deverá encaminhar sempre que solicitado, relatório técnico contendo:

- » Relação dos veículos locados;
- » Veículos envolvidos em sinistros;
- » Autos de infração recebidos;
- » Manutenções realizadas, discriminando tipo e duração.

5.2.34 Veículo reserva

- a) O veículo reserva será disponibilizado sem custo adicional, devendo atender às mesmas especificações do contrato.
 - » Em casos de manutenção corretiva ou sinistro, deverá ser entregue em até 48 horas.
 - » Caso o veículo titular não retorne em até 60 dias, deverá ser substituído em definitivo.
 - » Todos os veículos reservas serão entregues com tanque cheio.

5.2.35 Combustível

- a) O abastecimento dos veículos será de responsabilidade da contratante.
- b) Os veículos, inclusive reservas, deverão ser entregues com o tanque de combustível completo.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 Com a finalidade de verificar a viabilidade econômica da contratação e obter parâmetros referenciais de preços, foi realizado levantamento de mercado junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1>).

6.2 A pesquisa teve como objetivo identificar:

- a) Editais recentes;
- b) Contratos administrativos vigentes;
- c) Atas de Registro de Preços;
- d) Processos licitatórios concluídos por outros entes e órgãos da Administração Pública, relacionados à locação de veículos utilitários com características semelhantes ao objeto pretendido.

6.3 A análise dos processos identificados permitiu extrair valores praticados no mercado público, considerando a natureza do serviço, tipo de veículo, prazo

contratual e condições incluídas (manutenção, seguro, quilometragem livre, entre outros).

6.4 Os valores indicados neste Estudo Técnico Preliminar correspondem à média dos preços obtidos nos processos consultados no PNCP, servindo como referência inicial para aferição da compatibilidade econômica da contratação.

6.5 Ressalta-se, contudo, que a estimativa aqui apresentada possui caráter preliminar, competindo ao Departamento de Compras e Licitações a realização de pesquisa de preços formal e atualizada, nos termos da legislação vigente e dos normativos internos aplicáveis, podendo incluir:

- a) Pesquisa direta com fornecedores;
- b) Consulta a painéis oficiais de preços;
- c) Utilização de sistemas de banco de preços;
- d) Ampliação do levantamento junto a outros órgãos públicos.

6.6 Documentos Utilizados para Composição dos Custos de Referência:

6.6.1 Para definição do valor estimado da contratação, foram analisados processos licitatórios e contratos administrativos recentes, extraídos do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, cujos objetos são compatíveis com a presente demanda. Foram considerados os seguintes documentos:

Quadro 1 – Documentos utilizados para composição de custos de referência:

Descrição dos Processos		Documentos utilizados para composição de custos de referência						
		EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 315/2025	EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO PE 02/2026 - SRP	EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO O 42/2025 – PML	CONTRATO Nº 054/2025/PGM/PMCJ	EDITAL DE LICITAÇÃO nº 076/2025	EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA	EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) nº: 97/2025 - RETIFICADO
1	Processo Licitatório nº	315/2025	PE 02/2026 - SRP	42/2025	0001807.07.01-2025	8.882/2025	Nº PMSJB-08028/2025	2987/2025
2	Modalidade do Processo de Contratação	Pregão Eletrônico nº 057/2025	Pregão Eletrônico nº 02/2026	Pregão Eletrônico nº 42/2025	Adesão a ATA de Registro de Preço	Pregão Eletrônico nº 076/2025	Pregão Eletrônico nº PMSJB-PE-015/2025	Pregão Eletrônico (retificado) nº 97/2025
3	Órgão/empresa	Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro	Prefeitura Municipal de General Maynard	Prefeitura de Municipal de Lagarto	Secretaria Municipal de Educação - SEMED / Prefeitura de Candeias do Jamari	Secretaria Municipal de Administração / Prefeitura Municipal de Tangará da Serra	Prefeitura Municipal de São José do Belmonte	Prefeitura Municipal de Palmeiras do Goiás
4	Município/UF	Conceição do Mato Dentro/MG	General Maynard/SE	Lagarto/SE	Candeias do Jamari/RO	Tangará da Serra/MT	São José do Belmonte/PB	Palmeira do Goiás/GO



5	Data de divulgação no PNCP	13/01/2026	12/02/2026	08/12/2025	Contrato assinado na data de 05/06/2025	10/10/2025	05/09/2025	07/08/2025
6	Observação	-	-	-	Adesão à Ata de Registro de Preços Consolidada nº ATC000180/2023, Pregão Eletrônico SRP nº 90019/2024, Processo Licitatório nº 000180/2023, realizado pelo CINDERONDÔNIA	-	-	-

6.6.2 Todos os documentos acima mencionados seguem anexos ao processo administrativo, compondo o conjunto probatório que fundamenta a estimativa de preços adotada neste Estudo Técnico Preliminar.

6.7 Ressalta-se que eventual menção a marcas ou modelos de veículos no presente Estudo Técnico Preliminar e na planilha de estimativa de custos possui caráter meramente referencial e exemplificativo, sendo utilizada exclusivamente para facilitar a compreensão das especificações técnicas pretendidas e garantir maior clareza às empresas interessadas na fase licitatória. Tal indicação tem por finalidade delimitar o padrão mínimo de desempenho, porte, motorização e configuração esperados, não implicando direcionamento ou restrição à competitividade, sendo admitidos veículos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às exigências técnicas estabelecidas no Termo de Referência e no edital.

6.8 Assim, o presente levantamento cumpre a finalidade de demonstrar a existência de mercado fornecedor ativo e de preços compatíveis com a realidade da Administração Pública, cabendo à fase subsequente do processo a consolidação definitiva da estimativa de valor da contratação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de locação de veículos utilitários, estruturada para funcionar como suporte logístico permanente às atividades institucionais do CISAN CENTRAL/RO.

7.2 Trata-se de solução de natureza operacional estratégica, cujo objetivo central é assegurar mobilidade institucional compatível com a dimensão territorial de atuação do Consórcio, com a complexidade técnica de suas atribuições e com o ritmo de expansão de seus programas.



- 7.3 A modelagem da contratação foi concebida considerando três eixos estruturantes:
- 7.3.1 Descentralização territorial das atividades: O Consórcio atualmente atua em 20 municípios, com demandas distribuídas geograficamente, exigindo deslocamentos frequentes, muitas vezes simultâneos e de longa distância.
 - 7.3.2 Natureza presencial das ações técnicas: Grande parte das atividades desenvolvidas depende de verificação in loco, seja para fiscalização sanitária, acompanhamento ambiental, reuniões técnicas, orientação aos municípios ou supervisão operacional. A execução remota não substitui a necessidade de presença física das equipes.
 - 7.3.3 Continuidade e simultaneidade das demandas: As atividades administrativas, operacionais e de inspeção ocorrem de forma paralela e contínua, não sendo possível sua interrupção ou sobreposição sem prejuízo à eficiência institucional.
- 7.4 A solução foi estruturada de forma segmentada por área de atuação, garantindo que cada núcleo funcional disponha de meio de transporte adequado à sua rotina operacional. Essa segmentação não representa fragmentação do objeto, mas sim organização funcional da frota locada, permitindo racionalidade na distribuição dos recursos e eficiência na execução das atividades.
- 7.5 O modelo de locação inclui, de forma integrada, todos os elementos necessários ao pleno funcionamento dos veículos durante a vigência contratual, sendo a manutenção preventiva e corretiva, cobertura securitária, assistência técnica e substituição em caso de indisponibilidade, garantindo que o foco institucional permaneça na atividade finalística, e não na gestão mecânica ou patrimonial da frota.
- 7.6 A solução também foi concebida sob perspectiva de escalabilidade administrativa. Considerando o crescimento gradual e acelerado do CISAN CENTRAL/RO, a locação permite futura ampliação ou redimensionamento da frota de forma mais célere e menos onerosa do que a aquisição patrimonial, mantendo compatibilidade entre estrutura logística e evolução institucional.
- 7.7 Do ponto de vista sistêmico, a contratação:
- a) Sustenta a ampliação dos programas consorciados;
 - b) Permite maior presença técnica nos municípios;
 - c) Reduz gargalos logísticos;

- d) Minimiza riscos de paralisação das atividades;
 - e) Confere previsibilidade financeira à Administração.
- 7.8 A adoção de contratos de locação com vigência anual e pagamento mensal, bem como a possibilidade de prorrogação, contribui para a eficiência e transparência na execução e fiscalização contratual. Essa modalidade permite que os recursos públicos sejam aplicados de modo racional e contínuo, assegurando a manutenção dos serviços essenciais e a observância dos princípios da economicidade, eficiência e interesse público
- 7.9 Assim, a solução proposta não se limita ao fornecimento de veículos, mas configura instrumento estruturante de apoio à governança regional do saneamento e da gestão ambiental, garantindo que o crescimento institucional esteja acompanhado de capacidade operacional compatível.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 8.1 A definição das quantidades a serem contratadas foi realizada com base na análise da estrutura organizacional do CISAN CENTRAL/RO, na simultaneidade das atividades desempenhadas pelos departamentos, na abrangência territorial de atuação e na necessidade de presença técnica contínua nos municípios consorciados.
- 8.2 A estimativa considerou, ainda:
- a) Atendimento a 20 municípios consorciados e conveniados;
 - b) Atuação sobre mais de 22% da população do Estado de Rondônia;
 - c) Crescimento gradual e acelerado das atividades institucionais;
 - d) Natureza predominantemente presencial das ações técnicas;
 - e) Limitação da frota própria atualmente disponível.
- 8.3 Após análise da demanda operacional, definiu-se a seguinte composição:

Quadro 2 – Estimativa das quantidades para atendimento de cada departamento:

Departamento	Tipo de Veículo	Quantidade
Administrativo	Caminhonete cabine dupla	01
Operacional	Caminhonete cabine dupla	01
	Pick-up cabine simples	03
	Pick-up cabine dupla	02
	Motocicleta	02
S.I.M.	Pick-up cabine dupla	04
Total Geral		13 veículos

Quadro 3 – Descrição dos itens:

Item	Descrição de Item	Unid.	Quant. De Meses	Quant. De Veículos
1	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE 4X4 CABINE DUPLA – MARCA MODELO: RANGER, S10, HILUX OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação, carroceria aberta, cabine dupla, cor branca (original do fabricante), capacidade: motorista + 4 passageiros, 4 portas laterais, movida a diesel, motor com potência mínima 2.4 e 160 CV, central multimídia com GPS, integração com ANDROID AUTO e APPLE CARPLAY, câmera de ré, sistema de injeção eletrônica, direção hidráulica ou elétrica ou de tecnologia equivalentes, ar-condicionado, tanque de combustível com capacidade mínima de 75 litros, protetor de cárter e de câmbio, AIRBAG dianteiro e laterais e freios ABS, câmbio automático, com no mínimo de 06 marchas à frente e uma ré, ou câmbio superior; vidros elétricos e travas elétricas nas 04 portas; alarme antifurto; protetor de caçamba; capota marítima rígida de fibra náutica ou similar (revestida de lona ou similar), rodas de alumínio de 17" ou superior; conjunto estepe (roda e pneu); manutenção preventiva inclusa, seguro próprio e contra terceiro, e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	Locação Mensal	12	2
2	VEICULO TIPO PICK UP CABINE SIMPLES - MARCA/MODELO: STRADA OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Picape 1.4/1.6 CS Flex – motorização mínima de 1400cc, capacidade mínima de 600 kg, cabine simples, cor branca (original do fabricante), ar condicionado, vidro elétrico, trava elétrica, direção hidráulica ou elétrica, conjunto estepe (roda e pneu), freios ABS, airbag, combustível gaso/alc, manutenção preventiva, seguro contra terceiros, e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	Locação Mensal	12	3



3	VEICULO TIPO PICK UP CABINE DUPLA - MARCA/MODELO: STRADA/OROCH/MONTANA ou SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Picape 4x2 1.4/1.6 CD Flex – motorização mínima de 1400cc, capacidade mínima de 600 kg, cabine dupla, cor branca (original do fabricante), ar condicionado, vidro elétrico, trava elétrica, direção hidráulica ou elétrica, conjunto estepe (roda e pneu), freios ABS, airbag, combustível gaso/alc, transmissão automática ou manual, com manutenção preventiva, seguro contra terceiros; e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	Locação Mensal	12	6
4	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO MOTOCICLETA - MARCA/MODELO: HONDA OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Capacidade para 02 (dois) ocupantes, sistema de partida elétrica, câmbio de 05 velocidades, cor azul ou preta (original do fabricante); capacidade do tanque mínimo 11 litros; combustível flex alc/gaso, com manutenção preventiva, seguro contra terceiros; e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	Locação Mensal	12	2

8.4 O quantitativo estimado não representa ampliação excessiva da estrutura, mas adequação mínima necessária para:

- Permitir atuação simultânea dos departamentos;
- Eliminar conflitos recorrentes de agendamento;
- Garantir cumprimento das obrigações legais do S.I.M.;
- Assegurar acompanhamento contínuo das Unidades Operacionais;
- Reforço da segurança e eficiência operacional nos aterros sanitários.

8.5 A estimativa foi dimensionada de forma proporcional à atual realidade operacional do CISAN CENTRAL/RO, considerando critérios de razoabilidade, eficiência e economicidade.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, considerando contratações similares firmadas por outros entes da Administração Pública para objeto equivalente.

9.2 Os valores unitários mensais e totais estimados para cada item são os seguintes:



Quadro 4 – Estimativa de valores:

Item	Descrição de Item	Unidade	Quant. De Meses	Quant. De Veículos	Preço Médio Unitário (R\$)	Preço Médio Mensal (R\$)	Preço Médio Anual (R\$)
1	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE 4X4 CABINE DUPLA – REFERÊNCIA: RANGER, S10, HILUX OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação, carroceria aberta, cabine dupla, cor branca (original do fabricante), capacidade: motorista + 4 passageiros, 4 portas laterais, movida a diesel, motor com potência mínima 2.4 e 160 CV, central multimídia com GPS, integração com ANDROID AUTO e APPLE CARPLAY, câmera de ré, sistema de injeção eletrônica, direção hidráulica ou elétrica ou de tecnologia equivalentes, ar-condicionado, tanque de combustível com capacidade mínima de 75 litros, protetor de cárter e de câmbio, AIRBAG dianteiro e laterais e freios ABS, câmbio automático, com no mínimo de 06 marchas à frente e uma ré, ou câmbio superior; vidros elétricos e travas elétricas nas 04 portas; alarme antifurto; protetor de caçamba; capota marítima rígida de fibra náutica ou similar (revestida de lona ou similar), rodas de alumínio de 17" ou superior; conjunto estepe (roda e pneu); manutenção preventiva inclusa, seguro próprio e contra terceiro, e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	Locação Mensal	12	2	R\$ 7.993,94	R\$ 15.987,89	R\$ 191.854,64
2	VEÍCULO TIPO PICK UP CABINE SIMPLES - REFERÊNCIA: STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Picape 1.4/1.6 CS Flex – motorização mínima de 1400cc, capacidade mínima de 600 kg, cabine simples, cor branca (original do fabricante), ar condicionado, vidro elétrico, trava elétrica, direção hidráulica ou elétrica, conjunto estepe (roda e pneu), freios ABS, airbag, combustível gaso/alc, manutenção preventiva, seguro contra terceiros, e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	Locação Mensal	12	3	R\$ 4.139,49	R\$ 12.418,47	R\$ 149.021,64



3	VEÍCULO TIPO PICK UP CABINE DUPLA - REFERÊNCIA: STRADA, OROCH, MONTANA ou SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Picape 4x2 1.4/1.6 CD Flex – motorização mínima de 1400cc, capacidade mínima de 600 kg, cabine dupla, cor branca (original do fabricante), ar condicionado, vidro elétrico, trava elétrica, direção hidráulica ou elétrica, conjunto estepe (roda e pneu), freios ABS, airbag, combustível gaso/alc, transmissão automática ou manual, com manutenção preventiva, seguro contra terceiros; e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	Locação Mensal	12	6	R\$ 4.951,02	R\$ 29.706,12	R\$ 356.473,44
4	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO MOTOCICLETA - REFERÊNCIA: TITAN OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Capacidade para 02 (dois) ocupantes, sistema de partida elétrica, câmbio de 05 velocidades, cor azul ou preta (original do fabricante); capacidade do tanque mínimo 11 litros; combustível flex alc/gaso, com manutenção preventiva, seguro contra terceiros; e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	Locação Mensal	12	2	R\$ 1.645,95	R\$ 3.291,90	R\$ 39.502,80
					Totais (R\$) = R\$ 61.404,38 R\$ 736.852,52		
Endereço de entrega/disponibilização dos veículos: Sede Administrativa do Consórcio CISAN Central/RO, localizado na Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional, CEP: 76.842-842, Município de Ariquemes/RO.							
					Valor Médio Mensal =		R\$ 61.404,38
					Valor Médio Anual (Previsto) =		R\$ 736.852,52

9.2.1 O detalhamento dos valores para determinar os valores do quadro acima, estão mais detalhados no Anexo A, do presente ETP.

9.2.2 A estimativa foi calculada considerando o período inicial de 12 (doze) meses, podendo a Ata de Registro de Preços ser utilizada conforme a necessidade da Administração, observadas as disposições legais e disponibilidade orçamentária.

9.3 Metodologia de Formação do Valor de Referência:

9.3.1 A estimativa do valor da contratação foi definida a partir da análise de contratações públicas com objeto semelhante, identificadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, observando-se a compatibilidade técnica das especificações, quantitativos e condições de execução.



- 9.3.2 Para cada categoria de veículo, foram coletados os valores unitários praticados nos processos analisados, procedendo-se à: verificação da similaridade do objeto; exclusão de valores manifestamente discrepantes, quando necessário; apuração da média aritmética simples dos valores válidos identificados; projeção do custo mensal por item, considerando a quantidade estimada de veículos; cálculo do valor anual estimado, considerando o período inicial de 12 (doze) meses.
- 9.3.3 A metodologia utilizada consistiu na análise comparativa de objetos similares, extraindo-se valores médios praticados em contratações públicas recentes, garantindo aderência ao princípio da vantajosidade e conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.
- 9.3.4 Ressalta-se que os valores estimados possuem caráter referencial, competindo ao Departamento de Compras e Licitações realizar eventual complementação ou atualização da pesquisa de preços, conforme normativos vigentes e condições de mercado à época da publicação do certame.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 10.1 A solução proposta é a do **Sistema de Registro de Preços – SRP**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza continuada e a possibilidade de variação da demanda ao longo da vigência contratual.
- 10.2 A adoção do SRP justifica-se pelos seguintes aspectos:
- 10.2.1 Possibilidade de contratação conforme a necessidade administrativa, sem obrigatoriedade de contratação imediata do quantitativo total estimado;
 - 10.2.2 Flexibilidade para adequação da demanda diante do crescimento institucional do CISAN CENTRAL/RO;
 - 10.2.3 Maior eficiência na gestão orçamentária;
 - 10.2.4 Redução de riscos decorrentes de estimativas superdimensionadas.
- 10.3 Considerando que o Consórcio vem ampliando sua atuação regional e pode incorporar novos municípios, o SRP apresenta-se como instrumento mais adequado para garantir adaptabilidade administrativa e segurança contratual.
- 10.4 A licitação será estruturada com julgamento por item, considerando que o objeto contempla diferentes tipos de veículos com características técnicas distintas, a saber:

- » Caminhonete para uso administrativo;
- » Caminhonete para uso operacional;
- » Pick-ups cabine simples para uso operacional;
- » Pick-ups cabine dupla para uso operacional;
- » Pick-ups cabine dupla para o Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M.;
- » Motocicletas para uso nos Aterros Sanitários (Ariquemes e Jaru).

10.5 O parcelamento por item:

- » Amplia a competitividade do certame;
- » Permite participação de empresas especializadas em categorias específicas de veículos;
- » Evita restrição indevida à concorrência;
- » Possibilita obtenção de propostas mais vantajosas para cada tipo de veículo;
- » Está em conformidade com o princípio da competitividade e da economicidade.

10.6 Além disso, os itens são tecnicamente independentes entre si, não havendo interdependência operacional que justifique a contratação em lote único.

10.7 Portanto, diante da análise técnica, conclui-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços, com julgamento por item, é a modelagem mais adequada para a presente contratação, assegurando flexibilidade administrativa, ampliação da competitividade, eficiência na gestão dos recursos públicos e compatibilidade com a dinâmica de crescimento do CISAN CENTRAL/RO.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INDEPENDENTES

11.1 Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. A Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, traz no inciso XII do art. 2º, o conceito e alguns exemplos de serviços correlatos ao agenciamento de passagens aéreas - transportes terrestres e aquaviários, aluguel de veículos, hospedagem, seguro de viagem, dentre outros. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação para a plena satisfação da necessidade da Administração.

- 11.2 Como contratação interdependente, foi identificado o Processo Licitatório nº 104/2025, referente ao Pregão Eletrônico de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento de combustíveis, lubrificantes e derivados, utilizando sistema informatizado e integrado com utilização de cartão magnético por um período de 12 (doze) meses, destinados ao abastecimento da frota dos maquinários e veículos a serviço do consórcio.
- 11.3 Ressalta-se, portanto, que a execução eficiente e simultânea de ambos os contratos é essencial para garantir a disponibilidade e o pleno funcionamento da frota municipal, assegurando a continuidade dos serviços prestados e de caráter essencial executados pelo Consórcio.

12. ALINHAMENTO ENTRE CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

- 12.1 A presente contratação não consta inicialmente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026. Contudo, a necessidade identificada possui caráter superveniente e decorre da ampliação progressiva das atividades institucionais do CISAN CENTRAL/RO ao longo do último período.
- 12.2 Importa destacar que o planejamento administrativo é instrumento dinâmico, passível de atualização sempre que fatos supervenientes ou evolução institucional assim o exigirem. A Lei nº 14.133/2021 admite adequações no planejamento anual, desde que devidamente motivadas e justificadas tecnicamente.

13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

- 13.1 A contratação proposta produzirá efeitos estruturais relevantes na organização logística e na capacidade de resposta institucional do CISAN CENTRAL/RO, refletindo diretamente na qualidade da prestação dos serviços públicos sob sua responsabilidade.
- 13.2 Os benefícios esperados transcendem a simples ampliação da frota, configurando melhoria sistêmica na dinâmica operacional do Consórcio., destacando-se:
- » Melhoria na Capacidade de Resposta Institucional: com maior disponibilidade de veículos, o Consórcio poderá responder com maior agilidade a demandas emergenciais dos municípios, notificações de órgãos de controle, ocorrências ambientais e necessidades de inspeção extraordinária.

- » Ampliação da Cobertura Técnica Territorial: a estrutura logística adequada permitirá melhor distribuição territorial das equipes, possibilitando: planejamento de rotas mais eficientes; aumento do número de atendimentos semanais; monitoramento mais frequente das unidades operacionais; acompanhamento técnico mais próximo da execução dos programas municipais. Essa ampliação de cobertura contribui para maior uniformidade na qualidade dos serviços prestados aos municípios.
- » Otimização do Planejamento Operacional: com a previsibilidade de meios de transporte disponíveis, os departamentos poderão organizar cronogramas de trabalho com maior estabilidade, reduzindo remarcações e sobreposições. Isso favorece: planejamento mensal estruturado; cumprimento integral de agendas institucionais; melhoria na organização interna das equipes; e maior racionalização do uso do tempo de trabalho.
- » Segurança Operacional e Institucional: a utilização de veículos adequados às condições de tráfego da região, especialmente em áreas rurais e acessos às unidades de disposição final de resíduos, contribui para maior segurança das equipes técnicas. Além disso, a existência de cobertura securitária e manutenção regular reduz riscos administrativos e patrimoniais, conferindo maior proteção ao ente público.
- » Consolidação do Modelo Consorciado de Gestão: o fortalecimento logístico sustenta o modelo de governança regional adotado pelo CISAN CENTRAL/RO. A atuação integrada entre os municípios depende de presença técnica ativa, acompanhamento constante e articulação presencial. Ao garantir mobilidade institucional compatível com sua área de abrangência, o Consórcio reforça sua capacidade de coordenação regional e aprimora a execução das políticas públicas de saneamento e gestão ambiental.
- » Sustentação do Crescimento Institucional: o crescimento gradual do Consórcio exige que sua estrutura evolua na mesma proporção. A contratação contribui para evitar que a expansão das atividades gere sobrecarga operacional ou limitação logística. A medida assegura que o desenvolvimento institucional ocorra de forma organizada, sustentável e compatível com a responsabilidade assumida perante os municípios consorciados.

13.3 A contratação não representa apenas incremento quantitativo de veículos, mas sim fortalecimento da capacidade operacional do CISAN CENTRAL/RO, promovendo maior eficiência, melhor governança, estabilidade administrativa e aprimoramento da prestação dos serviços públicos regionais.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1 A contratação de serviços de locação de veículos utilitários, por sua natureza, não se caracteriza como atividade potencialmente causadora de impacto ambiental significativo direto, uma vez que não envolve implantação de infraestrutura, intervenção em áreas ambientais ou modificação física do meio ambiente.

14.2 Contudo, por se tratar da utilização contínua de veículos automotores, é possível identificar impactos ambientais indiretos, inerentes à circulação da frota, especialmente relacionados a:

- » Emissão de gases poluentes (CO₂, NOx, material particulado);
- » Consumo de combustíveis fósseis;
- » Geração de resíduos decorrentes de manutenção (óleos, filtros, pneus).

14.3 Embora tais impactos sejam considerados de baixa magnitude e típicos da atividade de transporte institucional, é necessário adotar medidas de mitigação compatíveis com a política ambiental do CISAN CENTRAL/RO, especialmente por se tratar de entidade voltada à gestão ambiental e saneamento.

14.4 Medidas Mitigadoras

14.4.1 Para minimizar eventuais impactos, poderão ser previstos como requisitos contratuais:

- a) Veículos que atendam às normas vigentes do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE;
- b) Comprovação de manutenção preventiva periódica, visando reduzir emissões e melhorar eficiência energética;
- c) Prioridade para modelos com melhor desempenho de consumo de combustível;
- d) Destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos por parte da contratada (óleos lubrificantes, filtros, pneus e demais componentes).

14.5 Diante da análise realizada, conclui-se que os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação são de baixa relevância e plenamente mitigáveis,

mantendo-se alinhamento com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental adotados pelo CISAN CENTRAL/RO.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1 A Diretoria Técnica Operacional deste CISAN Central de Rondônia, após realizar o Estudo Técnico Preliminar, declara **VIÁVEL** esta contratação, nos termos acima expostos. Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, justificando-se em termos de disponibilidade de mercado, consoante com as legislações em vigor, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação/aquisição.

16. RESPONSÁVEIS

» Natalia Terezinha Oliveira – Diretora Técnica Operacional.

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Ariquemes-RO, 01 de abril de 2026.

Elaborado por:

Natalia Terezinha Oliveira
Diretora Técnica Operacional
Decreto nº025/2023/CISAN CENTRAL-RO

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Estudo Técnico Preliminar - ETP	1/2026 (REVISADO)	01/04/2026

ID:	69190	Processo	Documento
CRC:	343076E4		
Processo:	1-231/2026		
Usuário:	NATALIA TEREZINHA OLIVEIRA		
Criação:	01/04/2026 16:37:58	Finalização:	01/04/2026 16:41:33

MD5: 59B450E73837DC0126145A654D324592

SHA256: 31413068EBF6FAB77DB5654CE7781978976B19B9A710B029BE13CE0941A7EFB8

Súmula/Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA (CISAN CENTRAL/RO).

INTERESSADOS

CISAN CENTRAL	ARIQUEMES	RO	01/04/2026 16:37:58
---------------	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA	01/04/2026 16:37:58
--------------------------------------	---------------------


CIENTES

JULIANA TIEMI YAMAGISHI	02/04/2026 10:31:33
WALLESON HIGOR CORREA JORDAO	02/04/2026 12:19:01
RAFAELA BOIAGO JORDÃO	02/04/2026 13:22:20

ANEXOS

Anexos A - Formação de Preço de Referência	01/04/2026	69191
--	------------	-------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 NATALIA TEREZINHA OLIVEIRA	Diretora Técnica Operacional	01/04/2026 16:41:42
---	------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site cisan.digproc.com.br/ informando o ID 69190 e o CRC 343076E4.

CONTRATO Nº _____ / _____

**“CONTRATO CELEBRADO ENTRE O
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE
RONDÔNIA E A _____**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA – CISAN CENTRAL/RO, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 10.914.290/0001-32, com sede nesse Município de Ariquemes/RO, sito à Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional, CEP: 76872-872, **denominado de “CONTRATANTE”**, neste ato representado pelo **Presidente GILLIARD DOS SANTOS GOMES**, brasileiro, casado, portador da RG nº *92.6** SSP/RO, devidamente inscrito no CPF sob o nº ***.740.002-**, podendo ser encontrado no endereço indicado acima **e de outro lado a _____**, Pessoa Jurídica de Direito, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede comercial no Município de _____, sito à _____, nº _____, Setor _____, CEP: _____, **denominada de “CONTRATADA”**, neste ato sendo representada por _____, _____, _____, _____, portador da RG nº _____ SSP/_____, devidamente inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado no Município de _____, celebram o presente instrumento contratual regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais alterações, conforme as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, destinados ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e institucionais do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro veicular e demais encargos necessários à plena execução contratual, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições estabelecidas neste instrumento, no Termo de Referência e demais documentos integrantes do procedimento licitatório.

DESCRIÇÃO DOS ITENS:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS	CATSER	QTD	LOCAÇÃO	PERÍODO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE 4X4 CABINE DUPLA – REFERÊNCIA: RANGER, S10, HILUX OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação, carroceria aberta, cabine dupla, cor branca (original do fabricante), capacidade: motorista + 4 passageiros, 4 portas laterais, movida a diesel, motor com potência mínima 2.4 e 160 CV, central multimídia com GPS, integração com ANDROID AUTO e	4014	02	Mensal	12 meses	R\$	R\$	R\$

	APPLE CARPLAY, câmera de ré, sistema de injeção eletrônica, direção hidráulica ou elétrica ou de tecnologia equivalentes, ar-condicionado, tanque de combustível com capacidade mínima de 75 litros, protetor de cárter e de câmbio, AIRBAG dianteiro e laterais e freios ABS, câmbio automático, com no mínimo de 06 marchas à frente e uma ré, ou câmbio superior; vidros elétricos e travas elétricas nas 04 portas; alarme antifurto; protetor de caçamba; capota marítima rígida de fibra náutica ou similar (revestida de lona ou similar), rodas de alumínio de 17" ou superior; conjunto estepe (roda e pneu); manutenção preventiva inclusa, seguro próprio e contra terceiro, e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.							
2	VEICULO TIPO PICK UP CABINE SIMPLES - REFERÊNCIA: STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Picape 1.4/1.6 CS Flex – motorização mínima de 1400cc, capacidade mínima de 600 kg, cabine simples, cor branca (original do fabricante), ar condicionado, vidro elétrico, trava elétrica, direção hidráulica ou elétrica, conjunto estepe (roda e pneu), freios ABS, airbag, combustível gaso/alc, manutenção preventiva, seguro contra terceiros, e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	4014	03	Mensal	12 meses	R\$	R\$	R\$
3	VEICULO TIPO PICK UP CABINE DUPLA - REFERÊNCIA: STRADA, OROCH, MONTANA ou SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Picape 4x2 1.4/1.6 CD Flex – motorização mínima de 1400cc, capacidade mínima de 600 kg, cabine dupla, cor branca (original do fabricante), ar condicionado, vidro elétrico, trava elétrica, direção hidráulica ou elétrica, conjunto estepe (roda e pneu), freios ABS, airbag, combustível gaso/alc, transmissão automática ou manual, com manutenção preventiva, seguro contra terceiros; e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem	4014	06	Mensal	12 meses	R\$	R\$	R\$



	fornecimento de combustível.							
4	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO MOTOCICLETA - REFERÊNCIA: TITAN OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Capacidade para 02 (dois) ocupantes, sistema de partida elétrica, câmbio de 05 velocidades, cor azul ou preta (original do fabricante); capacidade do tanque mínimo 11 litros; combustível flex alc/gaso, com manutenção preventiva, seguro contra terceiros; e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	4014	02	Mensal	12 meses	R\$	R\$	R\$
	VALOR TOTAL UNITÁRIO					R\$		
	VALOR TOTAL						R\$	
	VALOR TOTAL ANUAL							R\$

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fazem parte integrante desse contrato o termo de referência, o edital de licitação e seus anexos e a proposta apresentada pela contratada, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – O valor total da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, conforme objeto descrito na Cláusula Primeira deste contrato, é de R\$

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL – O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, observada a vantajosidade para a Administração, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - Os serviços de locação de veículos deverão ser executados conforme as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO, mediante emissão de ordem de serviço pela Administração.

I – Os veículos destinados ao atendimento da Unidade de Ariquemes deverão ser disponibilizados no Aterro Sanitário – Unidade de Ariquemes, localizado na Rodovia RO-257, Linha C-60, Lote 13-B, Gleba 20, Área de Expansão Urbana, Município de Ariquemes/RO, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min.

II – Os veículos destinados ao atendimento da Unidade de Jaru deverão ser disponibilizados na Unidade de Jaru, localizada na Rodovia RO-464, Linha 603, Lote 11-B, Gleba 52, Área Rural, Município de Jaru/RO, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A contratada deverá disponibilizar os veículos devidamente regularizados, licenciados, segurados e em perfeitas condições de uso, conservação, segurança e funcionamento, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os veículos disponibilizados durante toda a vigência contratual deverão possuir, no máximo, 02 (dois) anos de uso e até 10.000 km (dez mil quilômetros) rodados no momento de sua disponibilização inicial à Administração, mantendo-se em perfeito estado de conservação, segurança, trafegabilidade e funcionamento, devidamente licenciados e regularizados, atendendo integralmente às especificações técnicas previstas neste Contrato, no Termo de Referência, às normas do CONTRAN e à legislação de trânsito vigente, podendo a Administração recusar, justificadamente, veículos que apresentem desgaste excessivo, avarias, falhas mecânicas ou quaisquer condições incompatíveis com a adequada execução contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os veículos deverão possuir todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente, incluindo estepe em condições adequadas de uso, triângulo de sinalização, macaco, chave de roda e demais acessórios obrigatórios exigidos pelo CONTRAN e demais normas aplicáveis.

PARÁGRAFO QUARTO - Os veículos disponibilizados poderão ser de fabricação nacional e/ou internacional, observada a data de fabricação/modelo compatível com as exigências deste instrumento, devendo possuir, no máximo, 10.000 km (dez mil quilômetros) rodados no momento da disponibilização inicial, mantendo-se em perfeito estado de conservação, uso, segurança, trafegabilidade e funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas previstas neste Contrato, no Termo de Referência e à legislação de trânsito vigente.

PARÁGRAFO QUINTO – A contratada deverá realizar a substituição dos pneus sempre que apresentarem desgaste incompatível com as normas de segurança e legislação de trânsito vigente, especialmente quando atingirem os limites mínimos de sulco estabelecidos pelo CONTRAN, bem como quando apresentarem deformações, avarias, cortes, bolhas ou qualquer condição que comprometa a segurança, estabilidade e trafegabilidade dos veículos.

PARÁGRAFO SEXTO – Independentemente do desgaste mínimo legal, a fiscalização poderá exigir a substituição de pneus que apresentem desgaste excessivo ou condições inadequadas para utilização segura nas atividades operacionais do Consórcio.

CLÁUSULA QUINTA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL - A execução dos serviços de locação de veículos ocorrerá de forma indireta, conforme especificações, condições, prazos e exigências estabelecidas neste contrato, no Termo de Referência e demais documentos integrantes do procedimento licitatório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deve ser cumprido fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da legislação pertinente e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou

suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotada a circunstância mediante simples apostila.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

PARÁGRAFO QUARTO - O contratante pode convocar o representante legal da contratada para adoção de providência que deve ser cumprida de imediato.

PARÁGRAFO QUINTO - A execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto.

CLÁUSULA SEXTA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – Os Serviços de locação de veículos prestados pela contratada deverão atender integralmente às especificações técnicas, operacionais, de segurança, qualidade e desempenho estabelecidas neste contrato e Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os veículos disponibilizados deverão estar em perfeitas condições de uso, conservação, funcionamento, segurança e trafegabilidade, devidamente regularizados, licenciados e segurados, conforme exigências legais e regulamentares aplicáveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, substituição de unidades indisponíveis, assistência técnica e demais serviços necessários à continuidade da execução contratual, sem qualquer ônus adicional para o contratante.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os veículos deverão atender integralmente às especificações constantes no Termo de Referência, podendo o contratante rejeitar aqueles que estiverem em desacordo com as exigências contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO - A eventual rejeição dos veículos ou dos serviços executados não eximirá a contratada da responsabilidade pela regularização das inconformidades identificadas, nem da aplicação das penalidades previstas na legislação vigente e neste contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - O contratante reserva-se o direito de recusar, no todo ou em parte, os veículos disponibilizados pela contratada que estejam em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, neste contrato ou que não apresentem condições adequadas de uso, segurança, conservação e funcionamento.

PARÁGRAFO SEXTO - Todas as despesas necessárias à execução contratual, incluindo manutenção preventiva e corretiva, tributos, seguros, licenciamento, assistência técnica, substituição de veículos, transporte, deslocamento, alimentação, hospedagem, encargos trabalhistas, previdenciários e demais custos operacionais correrão exclusivamente por conta da contratada.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A execução dos serviços deverá ser comprovada mediante apresentação de nota fiscal eletrônica, acompanhada da documentação

comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

PARÁGRAFO OITAVO – Todos os meios de comunicação da contratada, incluindo e-mail, telefone e WhatsApp, deverão permanecer devidamente atualizados durante toda a vigência contratual, sendo de sua exclusiva responsabilidade informar imediatamente ao contratante quaisquer alterações.

PARÁGRAFO NONO - A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua, conforme as necessidades da Administração e durante toda a vigência contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A disponibilização dos veículos ocorrerá mediante solicitação formal emitida pela Gestão Contratual, observando-se os quantitativos, especificações e demandas do setor requisitante.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A qualidade, segurança, conservação e pleno funcionamento dos veículos disponibilizados são de inteira responsabilidade da contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pelos danos, prejuízos, defeitos, falhas ou irregularidades decorrentes da execução contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Em caso de indisponibilidade do veículo, falha mecânica, avaria, sinistro ou qualquer intercorrência que comprometa a execução contratual, a contratada deverá adotar imediatamente as providências necessárias para assegurar a continuidade da execução dos serviços, inclusive mediante substituição do veículo no prazo estabelecido neste contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES CONTRATUAIS – A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que o contratante a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira determinar no valor inicial atualizado do objeto do contrato, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE CONTRATUAL - Os preços inicialmente contratados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os valores contratados poderão ser reajustados mediante solicitação da contratada, utilizando-se como índice de correção o IPCA/IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O reajuste será aplicado exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei

Federal nº 14.133/2021, poderá ser restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em caso de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe que comprovadamente impactem a execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - A solicitação de reajuste deverá ser formalmente apresentada pela contratada, acompanhada da demonstração analítica da variação dos custos que fundamentem o pedido, ficando sujeita à análise e aprovação da Administração.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO - É vedada a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto deste contrato, sem prévia e expressa autorização da Administração, nos termos do Termo de Referência e da legislação vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO -

O descumprimento desta cláusula sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da possibilidade de extinção contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO - A condição de pagamento obedecerá à ordem cronológica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para fins de pagamento, além da comprovação da efetiva execução dos serviços contratados, a contratada deverá apresentar documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, válida na data do recebimento, análise e liquidação da despesa, composta, no mínimo, pelos seguintes documentos:

- I. Certificado de Regularidade do FGTS.
- II. Certidão de Regularidade Débitos Federais (Dívida Ativa da União e Receita Federal).
- III. Certidão Negativa da Fazenda Estadual.
- IV. Certidão Negativa de Tributo Mobiliário Municipal.
- V. Certidão Negativa de Débito Trabalhista.
- VI. Certidão de falência e ou concordata.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A manutenção da regularidade fiscal e trabalhista da contratada constitui condição indispensável para a realização do pagamento da despesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, o contratante deve realizar consulta ao SICAF para:

- I. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no certame.
- II. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

PARÁGRAFO QUARTO - Constatada, junto ao SICAF ou aos sistemas oficiais competentes, situação de irregularidade da contratada, esta será formalmente notificada para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou apresentar justificativa, podendo referido prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período,

mediante critério da Administração.

PARÁGRAFO QUINTO - Não havendo regularização ou sendo a justificativa apresentada considerada improcedente, o contratante comunicará aos órgãos competentes acerca da inadimplência da contratada, bem como adotará as medidas administrativas cabíveis para resguardar o interesse público e a regular execução contratual.

PARÁGRAFO SEXTO - Persistindo a irregularidade, o contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Havendo a efetiva execução dos serviços e desde que não haja impedimento legal, os pagamentos poderão ser realizados até eventual decisão definitiva acerca da rescisão contratual.

PARÁGRAFO OITAVO - A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada ao Departamento Administrativo do contratante, emitida em favor do:
Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN
Central/RO - CNPJ: 10.914.290/0001-32.

No corpo da nota fiscal deve conter:

- a descrição dos serviços executados.
- Identificação do processo, empenho e número de convênio ou termo de compromisso, quando informado na nota empenho.
- Número da conta bancária da contratada para depósito do pagamento.
- A data da emissão.
- O valor a pagar.
- Eventual destaque do valor de retenção tributária cabível.

PARÁGRAFO NONO - O contratante poderá comunicar aos órgãos competentes acerca da existência de créditos em favor da contratada, observadas as disposições legais aplicáveis e eventual determinação judicial.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A liquidação e o processamento da despesa correspondente ao valor efetivamente apurado e conferido pelo Fiscal e/ou Gestor do Contrato, deduzindo a glosa e a sanção aplicada que porventura tenha sido verificada, será efetuado pelo Departamento Financeiro, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da documentação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Na hipótese da nota fiscal/fatura apresentar erro ou dúvida quanto à exatidão ou documentação, o contratante pode pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da contratada de reapresentar para cobrança a parte controvertida com a devida justificativa, nesse caso o contratante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar a partir do recebimento e análise da despesa pelo Controle Interno para proceder o pagamento.



PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, a contratada será notificada para no prazo de 03 (três) dias corridos sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Na hipótese de devolução da nota fiscal, a mesma será considerada como não apresentada para fins de atendimento das condições contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O pagamento não será efetuado enquanto houver pendente a liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência do contrato, sem que isso gere direito ao pleito de reajuste de preços ou correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal o contratante, a seu critério, pode devolvê-la para a devida correção ou aceitá-la com a glosa da parte que considerar indevida.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - O contratante efetuará retenção na fonte do tributo e contribuição sobre o pagamento a contratada, conforme o caso e exigência legal aplicável.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - O pagamento da nota fiscal devidamente atestada pelo Fiscal e/ou Gestor do Contrato será realizado mediante emissão de ordem bancária na conta bancária indicada pela contratada, observada a ordem cronológica de pagamentos.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - O prazo para pagamento da nota fiscal/fatura só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - O contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada nas obrigações contratuais.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Quando da ocorrência de eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pelo contratante, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora será calculado a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) \div 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO – É vedada a antecipação de pagamento do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO DE CRÉDITO – É vedada a cessão de crédito sem prévia autorização do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL – Não haverá exigência de garantia contratual da execução do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – O recurso necessário para execução do objeto contratual está assegurado no orçamento financeiro de 2026, conforme Nota de Autorização da Despesa – NAD nº 00015/26, nas seguintes dotações orçamentárias:

Ficha 08

Órgão: Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO.

Unidade: 022001 – CISAN Central/RO.

Funcional Programática: 17.512.0100.2100.0000 – Manutenção das Atividades Administrativas do CISAN Central/RO.

Categoria Econômica: 3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Ficha 21

Órgão: Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO.

Unidade: 022001 – CISAN Central/RO.

Funcional Programática: 17.512.0101.2101.0000 – Manutenção da Operacionalização do Aterro Sanitário – Operacional.

Categoria Econômica: 3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Ficha 34

Órgão: Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO.

Unidade: 022001 – CISAN Central/RO.

Funcional Programática: 20.608.0103.2105.0000 – Manutenção das Atividades do Serviço de Inspeção Municipal – SIM Consorciado.

Categoria Econômica: 3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FISCAL DO CONTRATO E DO GESTOR DO CONTRATO – A execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto.

- I. Gestor de Contrato será nomeado por Portaria.
- II. Fiscal do Contrato será nomeado por Portaria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para o contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das falhas ou dos defeitos observados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

PARÁGRAFO NONO - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade do contratante.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal de contrato, quanto ao cumprimento de

obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos e as eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O gestor do contrato elaborará relatório final, com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS – O recebimento dos serviços deverá observar as especificações técnicas, condições operacionais e demais exigências previstas neste contrato e no Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento dos serviços consistirá na verificação das condições de uso, funcionamento, disponibilidade, conservação e regularidade dos veículos disponibilizados pela contratada, bem como no atendimento das obrigações contratuais assumidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constatada qualquer irregularidade na execução contratual, incluindo indisponibilidade, defeito, falha operacional ou desconformidade dos veículos, a contratada deverá promover a imediata regularização, substituição ou correção, conforme determinação do contratante, ficando suspenso o prazo de pagamento até a efetiva regularização.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Qualquer ocorrência relacionada à execução contratual deverá ser comunicada formalmente à contratada, de forma tempestiva, para adoção das providências cabíveis.

PARÁGRAFO QUARTO – A contratada deverá reparar, corrigir, substituir ou regularizar os serviços ou veículos rejeitados, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, ou outro prazo fixado pela Administração conforme a gravidade da ocorrência, sem qualquer ônus adicional ao contratante.

PARÁGRAFO QUINTO - O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade civil, administrativa e contratual da contratada por vícios, defeitos, falhas ou irregularidades constatadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DO CONTRATANTE

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- II. Receber o objeto contratado no prazo e nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência;
- III. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ela substituído, reparado ou

corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas;

- IV. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada;
- V. Comunicar à contratada para emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia quanto à dimensão, qualidade ou quantidade da execução contratual, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- VI. Exercer a fiscalização dos serviços na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021;
- VII. Providenciar o empenho e posterior pagamento da nota fiscal ou fatura, nos prazos previstos neste contrato;
- VIII. Aplicar as penalidades previstas neste instrumento, na hipótese de a contratada não cumprir os termos constantes neste contrato e no Termo de Referência;
- IX. Prestar à contratada todas as informações e dados por ela solicitados, desde que disponíveis e do conhecimento do contratante;
- X. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros;
- XI. Proporcionar todas as condições necessárias para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;
- XII. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada;
- XIII. Indicar representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- XIV. Providenciar os pagamentos devidos à contratada nos prazos acordados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Cumprir todas as obrigações previstas neste contrato, no Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- II. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, encaminhar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal, os documentos exigidos para fins de pagamento;
- III. Responsabilizar-se integralmente pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos previstos na legislação aplicável, isentando o contratante de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;
- IV. Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, inclusive tributos, encargos, deslocamentos, seguros e demais custos diretos

ou indiretos eventualmente incidentes;

- V. Informar, para fins de recebimento de comunicações, ordens de serviço, notificações e intimações, o nome do preposto responsável, endereço atualizado, e-mail, telefone fixo, telefone celular e aplicativo de mensagens instantâneas;
- VI. Interromper imediatamente, por determinação do contratante, qualquer atividade executada em desacordo com as boas práticas técnicas ou que ofereça risco à segurança de pessoas ou bens;
- VII. Guardar sigilo absoluto sobre todas as informações obtidas em razão da execução contratual, inclusive após o término da relação contratual;
- VIII. Cumprir integralmente as normas de segurança e demais disposições legais vigentes nas esferas federal, estadual e municipal aplicáveis à execução do objeto;
- IX. Orientar e treinar seus funcionários quanto às obrigações previstas na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, adotando medidas técnicas e administrativas adequadas à proteção dos dados pessoais eventualmente acessados durante a execução contratual;
- X. Responsabilizar-se integralmente pela utilização regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças necessárias à execução do objeto, eximindo o contratante de quaisquer responsabilidades decorrentes de infrações a direitos de terceiros;
- XI. Indicar, nas notas fiscais emitidas, a descrição detalhada do objeto executado, quantitativos e valores correspondentes, conforme ordens de serviço emitidas pela Administração;
- XII. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- XIII. Realizar, às suas expensas, a substituição de serviços, veículos ou itens executados que apresentem defeitos ou estejam em desacordo com as especificações técnicas exigidas, sem qualquer ônus adicional ao contratante;
- XIV. Cumprir integralmente os prazos estabelecidos para início, execução e conclusão dos serviços contratados;
- XV. Comunicar imediatamente ao contratante qualquer fato extraordinário ou anormal ocorrido durante a execução contratual que possa comprometer a execução do objeto;
- XVI. Fornecer veículos e serviços em perfeitas condições de uso, funcionamento, segurança e conservação, conforme especificações constantes neste contrato



e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

- I. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;
- II. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;
- III. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;
- IV. O contratante deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado;
- V. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;
- VI. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;
- VII. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;
- VIII. O contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;
- IX. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;
- X. Os dados pessoais eventualmente tratados em decorrência da execução contratual deverão ser armazenados em ambiente seguro e controlado, observadas as medidas técnicas e administrativas aptas à proteção das informações, nos termos da LGPD.
- XI. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração

nas hipóteses previstas na LGPD;

- XII. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;
- XIII. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS- Comete infração administrativa a contratada que cometer quaisquer das infrações previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato.
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao contratante, ao funcionamento do serviço público ou ao interesse coletivo.
- III. Dar causa à inexecução total do contrato.
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- VII. Ensejar o retardamento da execução dos serviços ou da disponibilização dos veículos, sem motivo justificado.
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento licitatório ou na execução do contrato.
- IX. Fraudar o procedimento licitatório ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
 - a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer fase do procedimento licitatório, mesmo após o encerramento da fase de lance.



XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

XII. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO ÚNICO – A contratada que cometer quaisquer das infrações previstas nesta cláusula ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções administrativas:

- I. Advertência, quando ocorrer a infração do inciso I desta cláusula do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- II. Multa no quantum de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou contratação, em caso de recusa da contratada em assinar o contrato e ou infração dos incisos II à XII desta cláusula do contrato.
- III. Multa no quantum de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou contratação, na hipótese de a contratada retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:
 - a) Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
 - b) Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela autoridade competente;
 - c) Deixar de manter as condições de habilitação durante a execução contratual.
 - d) Permanecer inadimplente após aplicação de advertência;
 - e) Deixar de regularizar documentos necessários à liquidação e pagamento da despesa;
 - f) Descumprir obrigações legais, contratuais ou regulamentares aplicáveis ao objeto contratado;
 - g) Retardar injustificadamente a disponibilização dos veículos ou a execução dos serviços contratados;
 - h) Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
 - i) Deixar de regularizar, no prazo definido pela autoridade competente, os documentos exigidos para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - j) Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;



- k) O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do contrato, devendo os instrumentos respectivos serem rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente motivadas;
- l) O atraso para apresentação, execução e obrigação contratual ou licitatória, para efeito de cálculo da multa e ou rescisão contratual, será contado em dia corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o seu cumprimento;
- m) Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da contratada se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pelo contratante;
- n) Caracteriza-se como inadimplemento parcial o atraso injustificado na substituição de veículos, regularização de falhas operacionais ou no cumprimento das obrigações contratuais assumidas;
- o) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública e indireta no ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração aos incisos II a VII da cláusula décima oitava do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- p) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta dos Entes Federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração aos incisos VIII à XII desta cláusula do contrato, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- q) A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual e ou extinção contratual;
- r) Na aplicação das sanções serão considerados:
 - a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - b) As peculiaridades do caso concreto.
 - c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - d) Os danos que dela provierem para o contratante.
 - e) a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- s) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor eventualmente devido pelo contratante à contratada, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada administrativamente ou judicialmente.

- t) A aplicação das sanções previstas neste contrato não exime a contratada da obrigação de reparar integralmente os danos causados ao contratante.
- u) A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções administrativas.
- v) Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios da prática de infração administrativa tipificada na Lei Federal nº 12.846/2013, como ato lesivo à Administração Pública, deverão ser remetidas à autoridade competente cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da contratada.
- w) A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública seguirão o procedimento administrativo ordinário aplicável.
- x) O Processo Administrativo de Responsabilização – PAR não interfere no regular processamento dos demais procedimentos administrativos destinados à apuração de danos eventualmente causados à Administração Pública.
- y) O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido pela contratada, com ou sem a participação de agente público.
- z) A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será realizada mediante processo administrativo que assegure à contratada o contraditório e a ampla defesa, observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 9.784/1999.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA INSCRIÇÃO DAS PENALIDADES NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS – A comissão processante designada pelo contratante promoverá a inscrição das penalidades que ensejarem suspensão, impedimento ou declaração de inidoneidade da contratada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica assegurado ao contratante o livre acesso ao CEIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL - O contratante pode rescindir unilateralmente o contrato com a contratada penalizada com as sanções administrativas, evitando com isso danos irreparáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL – O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quando a não conclusão da execução contratual decorrer de culpa exclusiva da contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A contratada que der causa a extinção do contrato



ficará constituída em mora e ser-lhe-á aplicável a respectiva sanção administrativa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O contratante pode optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando o contratante não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

- I. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- II. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o inciso I ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO QUARTO – Em caso de extinção do contrato, aplicam-se também o artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS – Os casos omissos serão decididos pelo contratante, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis e princípios gerais do direito administrativo e contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA DISPOSIÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – A contratada deverá assegurar a qualidade, regularidade, segurança e continuidade dos serviços prestados durante toda a vigência contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constatada qualquer irregularidade na execução contratual ou nas condições dos veículos disponibilizados, o contratante notificará a contratada para adoção imediata das providências necessárias à regularização.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A contratada permanecerá responsável pela correção das falhas, defeitos ou irregularidades verificadas, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO – Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, no



Portal de Transparência do contratante e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do contrato, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Ariquemes/RO, ____/____/____.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE
RONDÔNIA – CISAN CENTRAL/RO
CONTRATANTE
GILLIARD DOS SANTOS
GOMES
PRESIDENTE**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

**NOM
E –
RG –
CPF
–**



**NOM
E –
RG -
CPF
–**

Município de Ariquemes – RO
Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional
CEP: 76.872-872



FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Minuta de Contrato	Retificada	27/05/2026

ID:	73224	Processo	Documento
CRC:	5FE5C283		
Processo:	1-231/2026		
Usuário:	ANDRESSA GRAZIELLE BRITO DA SILVA		
Criação:	27/05/2026 10:10:55	Finalização:	27/05/2026 10:10:58

MD5:	635A048030DA006AEDEE2551CC4C0CB3
SHA256:	D6CC618F73DF3350EC839B7CE3F41738B137597F4762E64523CE65161E0E19F5

Súmula/Objeto:

Retificada

INTERESSADOS

CISAN CENTRAL	ARIQUEMES	RO	27/05/2026 10:10:55
---------------	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA	27/05/2026 10:10:55
--------------------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site cisan.digproc.com.br/ informando o ID 73224 e o CRC 5FE5C283.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE
RONDÔNIA****PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO****CNPJ Nº. 10.914.290/0001-32****PROCESSO Nº 231/2026/CISAN Central/RO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00/2026****MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00/2026**

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e seis, o Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o nº 10.914.290/0001-32 com sede na Rua Canindé, n.º 3622, Setor Institucional, nesta cidade de Ariquemes/RO e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023, de 31 de março de 2023, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº. 14.133/21, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000/2026/CISAN**, em virtude de deliberação do Pregoeiro Sr. xxxx, designado Portaria Nº 046/CISAN Central/RO, de 11 de fevereiro de 2026 e da homologação do procedimento pelo Presidente do CISAN Central/RO Gilliard dos Santos Gomes, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para execução do objeto conforme especificações do Anexo I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, destinados ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e institucionais do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro veicular e demais encargos necessários para garantir a plena disponibilidade da frota durante toda a vigência contratual, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Licitante: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Município: _____ Estado: _____ CEP: _____

Fone/Fax: _____ E-mail: _____

Nome do (a) Representante: _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. _____, RG sob o nº _____/_____.

1.3. Descrição dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS	CATSER	QTD	LOCAÇÃO	PERÍODO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE 4X4 CABINE DUPLA – REFERÊNCIA: RANGER, S10, HILUX OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação, carroceria aberta, cabine dupla, cor branca (original do fabricante), capacidade: motorista + 4 passageiros, 4 portas laterais, movida a diesel, motor com potência mínima 2.4 e 160 CV, central multimídia com GPS, integração com ANDROID AUTO e APPLE CARPLAY, câmera de ré, sistema de injeção eletrônica, direção hidráulica ou elétrica ou de tecnologia equivalentes, ar-condicionado, tanque de combustível com capacidade mínima de 75 litros, protetor de cárter e de câmbio, AIRBAG dianteiro e laterais e freios ABS, câmbio automático, com no mínimo de 06 marchas à frente e uma ré, ou câmbio superior; vidros elétricos e travas elétricas nas 04 portas; alarme antifurto; protetor de caçamba; capota marítima rígida de fibra náutica ou similar (revestida de lona ou similar), rodas de alumínio de 17" ou superior; conjunto estepe (roda e pneu); manutenção preventiva inclusa, seguro próprio e contra terceiro, e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	4014	02	Mensal	12 meses	R\$	R\$	R\$
2	VEICULO TIPO PICK UP CABINE SIMPLES - REFERÊNCIA: STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Picape 1.4/1.6 CS Flex – motorização mínima de 1400cc, capacidade mínima de 600 kg, cabine simples, cor branca (original do fabricante), ar condicionado, vidro elétrico, trava elétrica, direção hidráulica ou elétrica, conjunto estepe (roda e pneu), freios ABS, airbag, combustível gaso/alc, manutenção preventiva, seguro contra terceiros, e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	4014	03	Mensal	12 meses	R\$	R\$	R\$
3	VEICULO TIPO PICK UP CABINE DUPLA - REFERÊNCIA: STRADA, OROCH, MONTANA ou SIMILAR.		06	Mensal	12 meses	R\$	R\$	R\$



	Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Picape 4x2 1.4/1.6 CD Flex – motorização mínima de 1400cc, capacidade mínima de 600 kg, cabine dupla, cor branca (original do fabricante), ar condicionado, vidro elétrico, trava elétrica, direção hidráulica ou elétrica, conjunto estepe (roda e pneu), freios ABS, airbag, combustível gaso/alc, transmissão automática ou manual, com manutenção preventiva, seguro contra terceiros; e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	4014						
4	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO MOTOCICLETA - REFERÊNCIA: TITAN OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Capacidade para 02 (dois) ocupantes, sistema de partida elétrica, câmbio de 05 velocidades, cor azul ou preta (original do fabricante); capacidade do tanque mínimo 11 litros; combustível flex alc/gaso, com manutenção preventiva, seguro contra terceiros; e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	4014	02	Mensal	12 meses	R\$	R\$	R\$
	VALOR TOTAL UNITÁRIO					R\$		
	VALOR TOTAL						R\$	
	VALOR TOTAL ANUAL							R\$

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$

2. CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, observados os quantitativos remanescentes, a legislação vigente e as condições estabelecidas no Termo de Referência.

3. CLÁUSULA III - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O órgão gerenciador será o Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN Central/RO).

3.2. Caberá ao Gestor(a) do Sistema de Registro de Preços a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele decorrente.



3.3. A alocação de recursos, emissão de empenho, controle e utilização dos veículos locados serão de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante, observadas as disposições legais e do Termo de Referência.

4. CLÁUSULA IV – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda da Administração, mediante emissão de ordem de serviço.

4.2. Os veículos disponibilizados durante toda a vigência contratual deverão possuir, no máximo, 2 (dois) anos de uso e até 10.000 km (dez mil quilômetros) rodados no momento de sua disponibilização à Administração, mantendo-se em perfeito estado de conservação, segurança, trafegabilidade e funcionamento, devidamente licenciados e regularizados, atendendo integralmente às especificações técnicas previstas no Termo de Referência, às normas do CONTRAN e à legislação de trânsito vigente, podendo a Administração recusar, justificadamente, veículos que apresentem desgaste excessivo, avarias, falhas mecânicas ou quaisquer condições incompatíveis com a adequada execução contratual.

4.3 Os veículos deverão possuir todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente, incluindo estepe em condições de uso, triângulo, macaco, chave de roda e demais acessórios obrigatórios.

4.4 A contratada obriga-se a:

- I – garantir manutenção preventiva e corretiva;
- II – substituição dos pneus;
- III – fiscalização dos pneus;
- IV – assegurar condições de segurança e trafegabilidade;
- V – manter seguro total, inclusive contra terceiros
- VI – substituir imediatamente veículos com defeito ou indisponibilidade.

4.5 Os veículos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e seus anexos, não sendo admitida a disponibilização de veículos em desacordo com as características mínimas exigidas pela Administração.

4.6 A contratada deverá assegurar a plena disponibilidade operacional da frota durante toda a vigência contratual, providenciando manutenção, substituição e demais medidas necessárias para evitar interrupções na execução dos serviços.

4.7 O prazo máximo de atendimento às ocorrências operacionais será de até 01 (uma) hora após acionamento da Administração, e o prazo para substituição de veículos será de até 48 (quarenta e oito) horas.

5. CLÁUSULA V - DA FISCALIZAÇÃO

5.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços e do contrato decorrente será exercida por servidor(s) designado(s) pelo CISAN Central/RO, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 008/2024/CISAN Central/RO.

5.2. O Gestor e o Fiscal do contrato serão designados pelo CISAN Central/RO no momento oportuno, conforme a legislação vigente e as necessidades da execução contratual.

5.3. Compete à fiscalização acompanhar, controlar e avaliar a execução dos serviços, observando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada e das condições estabelecidas no Termo de Referência.

5.4. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução contratual.

6. CLÁUSULA VI - DO PREÇO

6.1. Os preços registrados serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e permanecerão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas as condições constantes do Edital, do Termo de Referência e da proposta apresentada pela empresa detentora da Ata.

6.3. Os preços registrados compreendem todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro, tributos, encargos trabalhistas, assistência técnica e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

7. CLÁUSULA VII - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento pelos serviços efetivamente executados será realizado em conformidade com as disposições do art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos.

7.2. A Contratada deverá apresentar, após o recebimento definitivo dos serviços pelo fiscal e/ou comissão responsável, a Nota Fiscal/Fatura eletrônica correspondente aos serviços de locação de veículos efetivamente prestados no período, contendo obrigatoriamente:

- I – descrição detalhada dos serviços executados;
- II – identificação dos veículos disponibilizados;
- III – número do Processo Administrativo, da Ata de Registro de Preços, do contrato e/ou nota de empenho;
- IV – período de execução dos serviços;
- V – dados bancários da Contratada para pagamento.

7.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa e do ateste definitivo da Nota Fiscal/Fatura pelo setor competente, desde que atendidas todas as condições previstas nesta Ata.

7.4. Na hipótese de a Nota Fiscal/Fatura apresentar inconsistências, erros, omissões ou dúvidas quanto à documentação apresentada, a Contratada será notificada para realizar as correções necessárias, suspendendo-se o prazo para pagamento até a regularização.

7.5. Caso seja identificada falha documental sanável, a Contratada será notificada para regularização no prazo de até 03 (três) dias úteis, permanecendo suspensa a exigibilidade do pagamento até a efetiva regularização.

7.6. Para fins de pagamento, a Contratada deverá manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista, mediante apresentação das seguintes certidões válidas:



- I – Certificado de Regularidade do FGTS;
- II – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- III – Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- IV – Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- VI – Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, quando exigível.

7.7. A ausência de regularidade fiscal, trabalhista ou documental poderá impedir a realização do pagamento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7.8. A liquidação da despesa observará a verificação:

- I – da efetiva prestação dos serviços;
- II – da disponibilidade e regularidade dos veículos locados;
- III – do cumprimento dos prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- IV – da inexistência de pendências contratuais que impeçam o pagamento.

7.9. Os pagamentos poderão sofrer glosas proporcionais em razão de:

- I – indisponibilidade injustificada de veículos;
- II – descumprimento dos níveis mínimos de desempenho;
- III – atraso na substituição de veículos;
- IV – falhas na execução dos serviços;
- V – descumprimento das obrigações contratuais.

7.10. Quando houver atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

7.11. A taxa de juros aplicável será de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, calculada proporcionalmente aos dias de atraso.

7.12. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira imposta à Contratada em virtude de penalidade, inadimplência contratual ou irregularidade documental.

7.13. A Administração efetuará as retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação vigente.

7.14. O pagamento será realizado mediante Ordem Bancária em conta corrente indicada pela Contratada.

7.15. Considerar-se-á como data do pagamento o dia da emissão da respectiva Ordem Bancária.



7.16. No valor contratado já deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, inclusive:

- I – manutenção preventiva e corretiva;
- II – seguro veicular;
- III – assistência técnica;
- IV – substituição de veículos;
- V – tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- VI – despesas administrativas, operacionais e logísticas;
- VII – demais custos necessários à plena execução do objeto.

7.17. A Contratada não poderá utilizar créditos decorrentes desta Ata para garantia de operações financeiras sem prévia e expressa autorização da Administração.

7.18. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução dos serviços objeto desta Ata.

8. CLÁUSULA VIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas desta Ata de Registro de Preços correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO, destinados à futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos para atendimento das demandas administrativas, operacionais e institucionais do Consórcio.

8.2. Nos termos do art. 17 do Decreto Federal nº 11.462/2023, a indicação da dotação orçamentária será exigida apenas no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil decorrente desta Ata de Registro de Preços, não constituindo a presente Ata obrigação imediata de contratação.

8.3. Cada contratação decorrente desta Ata ficará condicionada à prévia existência de dotação orçamentária suficiente e à emissão da respectiva nota de empenho.

8.4. Para fins de referência, as despesas poderão correr por conta da seguinte classificação orçamentária:

1. Unidade Administrativa CISAN/RO

- I. **Unidade Orçamentária:** 17.512.0100 Manutenção das Atividades Administrativas
- II. **Projeto/Atividade:** 17.512.0100.2100.0000 Manutenção das Atividades Administrativas do CISAN Central/RO
- III. **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

2. Unidade Operacional Saneamento Básico

- I. **Unidade Orçamentária:** 17.512.0101 Desenvolvimento das Atividades Operacionais de Saneamento Básico
- II. **Projeto/Atividade:** 17.512.0101.2101.0000 Manutenção da Operacionalização do Aterro Sanitário Operacional



- III. **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

3. Unidade de Inspeção Municipal SIM Consorciado

- I. **Unidade Orçamentária:** 20.608.0103 Serviços de Inspeção Municipal
II. **Projeto/Atividade:** 20.608.0103.2105.0000 Manutenção das Atividades do Serviço de Inspeção Municipal SIM Consorciado
III. **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.99 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

8.5. A classificação orçamentária poderá ser alterada conforme necessidade da Administração, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

9. CLÁUSULA IX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O fornecedor ou contratado que cometer qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, relacionadas à execução dos serviços de locação de veículos destinados ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e institucionais do CISAN Central/RO, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas nesta cláusula.

9.2. Das Infrações Administrativas

9.2.1. Constituem infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

- I – dar causa à inexecução parcial dos serviços contratados;
- II – dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração;
- III – dar causa à inexecução total do contrato;
- IV – deixar de entregar documentação exigida;
- V – não manter a proposta, sem justificativa;
- VI – não celebrar o contrato quando convocado;
- VII – ensejar o retardamento da execução dos serviços;
- VIII – deixar de disponibilizar os veículos nas condições e prazos estabelecidos;
- IX – apresentar declaração ou documentação falsa;
- X – fraudar a licitação ou a execução contratual;
- XI – comportar-se de modo inidôneo;
- XII – praticar atos ilícitos para frustrar a licitação;
- XIII – praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

9.3. Das Sanções Aplicáveis

9.3.1 Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações as seguintes sanções:

- a) **Advertência** – quando a irregularidade for de baixa gravidade;
- b) **Multa**, nos seguintes termos:



- Até **10%** sobre o valor da contratação, em caso de inexecução total ou recusa em contratar;
- Até **3%** sobre o valor da contratação, em caso de atraso injustificado ou descumprimento de obrigações acessórias;

c) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até **3 (três) anos**;

d) **Declaração de inidoneidade**, pelo prazo de **3 (três) a 6 (seis) anos**, nos casos mais graves.

9.3.2. A multa poderá ser aplicada nos seguintes termos:

I – até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, em caso de inexecução total, recusa injustificada em contratar ou descumprimento de obrigação considerada grave;

II – até 3% (três por cento) sobre o valor da contratação, em caso de atraso injustificado, descumprimento de obrigações acessórias ou falhas na execução dos serviços.

9.3.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada pelo prazo de 03 (três) a 06 (seis) anos, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. Do Atraso na Execução

9.4.1. O atraso injustificado na disponibilização dos veículos ou na substituição de veículos indisponíveis, por prazo superior ao estabelecido no Termo de Referência, poderá caracterizar inexecução parcial ou total da contratação, conforme o caso, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.4.2. O atraso será contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido pela Administração.

9.5. Da Aplicação das Sanções

9.5.1. Na aplicação das penalidades serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – Os danos causados à Administração;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – A conduta do contratado;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6. Cumulação e Cobrança

9.6.1. As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, quando cabível.

9.6.2. A multa aplicada poderá ser:

I – Descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração;

II – Cobrada judicialmente;

III – Compensada com créditos da contratada perante a Administração, quando cabível.

9.7. Processo Administrativo

9.7.1. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.7.2. O procedimento administrativo seguirá as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 9.784/1999.

9.8. Lei Anticorrupção

9.8.1. Havendo indícios da prática de atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/2013, poderá ser instaurado Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

9.9. Reparação de Danos

9.9.1. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula não exime o contratado da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual.

10. CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.2. A publicação da Ata de Registro de Preços na imprensa oficial produzirá os efeitos legais de compromisso de fornecimento e execução dos serviços nas condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e proposta apresentada pela detentora do registro.

10.3. A Ata de Registro de Preços, os contratos dela decorrentes, suas alterações, revisões, rescisões e cancelamentos reger-se-ão pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Federal nº 11.462/2023, pelas demais normas aplicáveis e pelas disposições constantes do Edital e seus anexos.

10.4 O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo CISAN Central/RO quando a detentora:

- I – Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, do Edital, do Termo de Referência ou do contrato, sem justificativa aceita pela Administração;
- II – Deixar de disponibilizar os veículos nas condições, prazos e quantidades estabelecidos;
- III – Deixar de realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, comprometendo a execução dos serviços;
- IV – Não substituir os veículos indisponíveis, avariados ou em desacordo com as exigências contratuais, no prazo fixado pela Administração;
- V – Não aceitar reduzir o preço registrado, quando este se tornar superior aos praticados no mercado;



VI – Sofrer sanção administrativa de impedimento ou declaração de inidoneidade prevista no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

VII – Não aceitar o preço revisado pela Administração;

VIII – For liberada do compromisso assumido, nos termos da legislação vigente.

10.5. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – Pelo decurso do prazo de vigência;

II – Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III – Por fato superveniente decorrente de caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que inviabilize a execução das obrigações previstas na Ata, devidamente comprovado;

IV – Por razões de interesse público, devidamente justificadas;

V – Quando verificada a inadequação dos serviços prestados às necessidades da Administração.

10.6. O cancelamento do registro de preços ou da Ata de Registro de Preços será formalizado por despacho da autoridade competente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e as disposições legais aplicáveis.

10.8. O cancelamento da Ata de Registro de Preços não afasta a aplicação das sanções administrativas cabíveis nem exonera a detentora da obrigação de reparar eventuais danos causados à Administração.

11. CLÁUSULA XI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Qualquer pessoa física ou jurídica legalmente constituída poderá, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, impugnar os preços registrados quando verificar incompatibilidade com os preços praticados no mercado relativos aos serviços de locação de veículos objeto desta Ata.

11.2. A impugnação deverá ser formalmente fundamentada e acompanhada dos elementos comprobatórios disponíveis, aptos a demonstrar a incompatibilidade dos preços registrados com aqueles praticados no mercado.

11.3. Para fins de comprovação da alegação, deverão ser apresentados documentos, cotações, contratos, notas fiscais, propostas comerciais ou quaisquer outros elementos que evidenciem que os preços praticados no mercado são inferiores aos registrados, observadas as condições equivalentes de execução, qualidade, especificações e exigências previstas no Edital, Termo de Referência e legislação aplicável.

11.4. A impugnação deverá ser dirigida ao órgão gerenciador, preferencialmente por meio do endereço eletrônico compras@cisancentral.ro.gov.br, devendo o interessado confirmar o recebimento junto ao setor responsável, ou protocolada presencialmente na sede do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN



Central/RO, situada na Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional, Ariquemes/RO, no horário de expediente.

11.5. Recebida a impugnação, o Gerente de Registro de Preços poderá promover diligências, pesquisas de mercado e demais atos necessários à instrução do processo administrativo, devendo proferir decisão fundamentada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

11.6. Verificada a inadequação do preço registrado, o fornecedor detentor da Ata será notificado para manifestar-se, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, acerca da possibilidade de redução dos preços registrados, podendo apresentar justificativas e documentos pertinentes.

11.7. Havendo concordância do fornecedor quanto à revisão dos preços registrados, será formalizado o respectivo termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso, com posterior publicação na imprensa oficial.

11.8. Na hipótese de o fornecedor não aceitar a redução dos preços registrados, poderá ser liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, sendo facultada à Administração a convocação dos demais fornecedores registrados, observada a ordem de classificação.

11.9. Não havendo êxito nas negociações realizadas com os fornecedores registrados, a Administração poderá cancelar o item da Ata de Registro de Preços e adotar as medidas cabíveis para realização de nova contratação mais vantajosa ao interesse público.

12. CLÁUSULA XII - DO REAJUSTE DE PREÇOS

12.1 Os preços registrados referentes à prestação de serviços de locação de veículos poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, bem como em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução contratual tal como pactuada, nos termos do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

12.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

12.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original do certame.

12.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso assumido, o órgão gerenciador poderá:

I – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes da emissão da ordem de serviço ou instrumento equivalente, sem aplicação de penalidade, desde que confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;



II – Convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva, quando houver, para assegurar igual oportunidade de negociação.

12.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento do item da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

12.8. Será admitida solicitação de revisão de preços quando os custos médios de mercado relacionados à prestação dos serviços de locação de veículos tornarem-se superiores aos valores registrados, desde que a majoração seja devidamente comprovada mediante pesquisa de preços ou documentação idônea apresentada pelo fornecedor e validada pela Administração.

12.9. O pedido de revisão deverá ser formalizado pelo fornecedor antes da emissão da ordem de serviço correspondente, devidamente instruído com documentos comprobatórios da elevação extraordinária dos custos e da efetiva onerosidade da execução contratual.

12.10. Quando os preços dos serviços forem regulamentados ou vinculados a tabelas oficiais reconhecidas pelo poder público, eventual reajuste não poderá exceder os limites estabelecidos pelas respectivas normas ou tabelas de referência.

12.11. Havendo cadastro de reserva, a revisão dos preços registrados observará as disposições do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

13. CLÁUSULA XIII – DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. A contratação dos serviços registrados nesta Ata será autorizada pela autoridade competente do CISAN Central/RO, mediante contrato, ordem de serviço, nota de empenho ou outro instrumento hábil, conforme a necessidade da Administração e disponibilidade orçamentária.

13.2. A autorização para execução dos serviços ficará condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente e à emissão da respectiva nota de empenho.

13.3. A detentora da Ata deverá executar os serviços conforme as condições, prazos e especificações estabelecidos no Termo de Referência e demais documentos que integram o procedimento licitatório.

14. CLÁUSULA XIV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA

14.1. Nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada a vantagem, a presente Ata de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos destinados ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e institucionais do CISAN Central/RO poderá, durante sua vigência, ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

14.1.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta Ata, deverão:

I – Demonstrar a vantagem da adesão, inclusive quanto à compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado;

II – Encaminhar solicitação formal ao órgão gerenciador para autorização da adesão.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da contratação decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.3. As contratações adicionais decorrentes de adesão à Ata não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.4. O quantitativo total decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à Ata após a primeira contratação ou emissão de ordem de serviço por órgão integrante da Ata, salvo disposição diversa prevista no edital.

14.6. A adesão à presente Ata deverá observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023 e demais normas aplicáveis.

15. CLÁUSULA XV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços, do Termo de Referência e demais anexos, assumindo exclusivamente os riscos e despesas decorrentes da perfeita execução dos serviços.

15.2 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista exigidos pela legislação vigente.

15.3 Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações legais decorrentes da execução contratual.

15.4 Arcar com todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive manutenção preventiva e corretiva, seguro veicular, tributos, encargos sociais, taxas, licenciamento, assistência técnica e demais custos diretos e indiretos.

15.5 Indicar preposto para representá-la perante a Administração durante toda a execução contratual, informando endereço eletrônico, telefone e demais meios de contato atualizados.

15.6 Disponibilizar veículos de fabricação nacional e/ou internacional, com ano de fabricação/modelo não superior a 2 (dois) anos e até 10.000 km (dez mil quilômetros) rodados no momento da disponibilização inicial, mantendo-os em perfeito estado de conservação, uso, segurança e funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas previstas no Termo de Referência e à legislação de trânsito vigente.

15.7 Realizar, às suas expensas, a substituição imediata dos veículos que apresentarem defeitos, falhas mecânicas ou condições inadequadas de utilização, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

15.8 A contratada deverá realizar a substituição imediata dos pneus sempre que apresentarem desgaste incompatível com as normas de segurança e legislação de trânsito vigente, especialmente quando atingirem os limites mínimos de sulco estabelecidos pelo CONTRAN, bem como quando apresentarem deformações, avarias, cortes, bolhas ou

qualquer condição que comprometa a segurança, estabilidade e trafegabilidade dos veículos.

15.9 Cumprir os prazos de disponibilização, substituição e execução dos serviços estabelecidos no Termo de Referência.

15.10 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução contratual.

15.11 Cumprir as normas legais, regulamentares, trabalhistas, ambientais, de trânsito e de segurança aplicáveis à execução dos serviços.

15.12 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.

15.13 Manter, durante toda a vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

15.14 Orientar e treinar seus empregados quanto às obrigações relacionadas à proteção de dados pessoais, observando a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

15.15 Informar imediatamente à Administração qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços.

15.16 Emitir as notas fiscais com indicação do período efetivamente executado e demais informações exigidas pela Administração.

16. CLÁUSULA XVI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1 A Administração obriga-se a:

16.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

16.3 Receber os serviços de locação de veículos no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

16.4 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços prestados ou nos veículos disponibilizados, para que sejam corrigidos, reparados ou substituídos às suas expensas;

16.5 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

16.6 Comunicar à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução contratual, quando houver divergência quanto à qualidade, quantidade ou regularidade dos serviços executados, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

16.7 Exercer a fiscalização dos serviços por meio de fiscal de contrato formalmente designado.

16.8 Providenciar o empenho da despesa e efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, conforme condições estabelecidas nesta Ata.

16.9 Aplicar as penalidades previstas nesta Ata e na legislação vigente, quando constatado o descumprimento contratual por parte da CONTRATADA;

16.10 Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários à execução dos serviços, quando disponíveis.

16.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, nem por danos causados a terceiros por seus empregados, prepostos ou subordinados;

16.12 Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA execute os serviços de locação de veículos conforme as exigências estabelecidas no Termo de Referência;

16.13 Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados ou veículos disponibilizados em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela CONTRATADA;

16.14 Designar representante da Administração para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços contratados;

16.15 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme condições estabelecidas nesta Ata, mediante apresentação da documentação fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

17. CLÁUSULA XVII - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO

17.1. Além das obrigações previstas na legislação aplicável, no Edital, no Termo de Referência e demais documentos que integram o procedimento licitatório, a empresa detentora do registro obriga-se a:

- a) executar os serviços de locação de veículos nos prazos, condições e especificações estabelecidos pela Administração;
- b) disponibilizar os veículos em perfeitas condições de uso, conservação, segurança e funcionamento;
- c) responsabilizar-se integralmente pela manutenção preventiva e corretiva, seguro veicular, assistência técnica e substituição dos veículos, quando necessário;
- d) arcar com todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, taxas, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas incidentes;
- e) comunicar formalmente à Contratante qualquer fato que possa interferir na execução dos serviços;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual;
- g) manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

18. CLÁUSULA XVIII - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

18.1. Integra a presente Ata de Registro de Preços, na condição de órgão participante, o Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO, conforme classificação orçamentária constante da Cláusula VIII – Da Dotação Orçamentária.



19. CLÁUSULA XIX - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1 As contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas conforme as disposições do Edital, Termo de Referência, contrato, nota de empenho ou outro instrumento hábil.

19.2 A detentora da Ata fica obrigada a atender às ordens de serviço emitidas durante a vigência desta Ata, ainda que a execução dos serviços ultrapasse sua vigência, observadas as disposições legais aplicáveis.

19.3 Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as especificações, condições, prazos e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e demais documentos que integram o procedimento licitatório.

19.4 Os veículos disponibilizados deverão estar em perfeitas condições de uso, conservação, segurança e funcionamento, devidamente regularizados, licenciados e segurados.

19.5 Constatadas irregularidades na execução dos serviços ou nas condições dos veículos disponibilizados, a Administração notificará a contratada para promover as correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

19.6 A contratada será responsável por todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução dos serviços, inclusive tributos, taxas, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, manutenção preventiva e corretiva e demais despesas necessárias ao cumprimento contratual.

19.7 A eventual rejeição dos serviços executados ou dos veículos disponibilizados em desacordo com as especificações exigidas não eximirá a contratada das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

19.8 A contratada será responsável pelos danos causados diretamente ao CISAN Central/RO ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Administração.

20. CLÁUSULA XX - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

20.1 A contratada deverá garantir a qualidade, continuidade e adequada execução dos serviços de locação de veículos destinados ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e institucionais do CISAN Central/RO durante toda a vigência contratual.

20.2 Os veículos disponibilizados deverão permanecer em perfeitas condições de uso, conservação, segurança e funcionamento, sendo de inteira responsabilidade da contratada a realização de todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias.

20.3 Eventuais falhas mecânicas, defeitos, indisponibilidades ou irregularidades verificadas nos veículos deverão ser sanadas imediatamente ou, não sendo possível, mediante substituição do veículo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

21. CLÁUSULA XXI - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

21.1 As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos destinados ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e institucionais do



CISAN Central/RO serão formalizadas mediante contrato administrativo, nota de empenho, ordem de serviço ou outro instrumento hábil, conforme previsto na legislação vigente.

21.2 O prazo de vigência dos contratos decorrentes desta Ata será estabelecido no respectivo instrumento contratual, observadas as disposições do Termo de Referência, da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à execução dos serviços.

22. CLÁUSULA XXII - DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

22.1 Não será exigida garantia de execução contratual para a prestação dos serviços de locação de veículos destinados ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e institucionais do CISAN Central/RO, salvo se houver previsão expressa no instrumento convocatório ou no contrato decorrente desta Ata, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

22.2 A contratada deverá garantir a plena e adequada execução dos serviços, assegurando que os veículos disponibilizados atendam integralmente às especificações técnicas, condições de segurança, funcionamento, conservação e demais exigências previstas no Termo de Referência.

22.3 A contratada será integralmente responsável pela realização das manutenções preventivas e corretivas dos veículos, incluindo substituição de peças, revisões periódicas, assistência técnica, mão de obra e demais serviços necessários à perfeita execução contratual, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

22.4 A contratada deverá manter seguro total dos veículos durante toda a vigência contratual, incluindo cobertura contra danos materiais, corporais e morais a terceiros, bem como contra roubo, furto, colisão, incêndio e demais sinistros.

22.5 Em caso de falha mecânica, avaria, sinistro, indisponibilidade ou qualquer irregularidade que comprometa a utilização dos veículos, a contratada deverá providenciar sua substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, garantindo a continuidade dos serviços sem prejuízo à Administração.

22.6 A contratada responderá integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Contratante.

23. CLÁUSULA XXIII – DA SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

23.1 Fica vedada a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto desta Ata de Registro de Preços, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração, nos casos legalmente admitidos.

23.2 A eventual autorização para subcontratação não eximirá a empresa detentora do registro de preços de suas responsabilidades contratuais, legais e técnicas perante o CISAN Central/RO, permanecendo integralmente responsável pela execução dos serviços e pelas obrigações assumidas.

23.3 A empresa detentora do registro de preços responderá integralmente pela qualidade dos serviços executados, pelas condições dos veículos disponibilizados e pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e administrativas decorrentes da execução contratual.



23.4 É vedada a transferência da Ata de Registro de Preços ou do contrato dela decorrente para terceiros sem autorização formal da Administração.

23.5 Qualquer tentativa de subcontratação, cessão ou transferência realizada em desacordo com esta cláusula poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e na legislação vigente.

24. CLÁUSULA XXIV - DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 A existência de preços registrados para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos destinados ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e institucionais do CISAN Central/RO não obriga a Administração a firmar as contratações decorrentes desta Ata, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

24.2 A presente Ata de Registro de Preços, os contratos dela decorrentes, suas alterações, revisões, reajustes e eventuais rescisões obedecerão às disposições da Lei nº 14.133/2021, às normas complementares aplicáveis, ao Edital, ao Termo de Referência e às cláusulas desta Ata, especialmente quanto à execução dos serviços de locação de veículos.

24.3 Integram esta Ata de Registro de Preços, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação, o Termo de Referência, a proposta vencedora e demais anexos do processo administrativo, incluindo a planilha contendo os preços registrados e respectivos fornecedores detentores do registro.

25. CLÁUSULA XXV - DAS INFORMAÇÕES GERAIS

25.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelo e-mail compras@cisancentral.ro.gov.br, pelo telefone institucional (69) 3185-0310 ou na sede administrativa do Consórcio Intermunicipal da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO, situada na Rua Canindé, n.º 3622, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à quinta-feira, das 07h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min e na sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

26. CLÁUSULA XXVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 Integram esta Ata o Edital de **Pregão Eletrônico Nº. xxx/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. xxx/2026/CISAN**.

26.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. xxx/2026/CISAN**, pelo Presidente.

27. CLÁUSULA XXVII - DO FORO

27.1 Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir



quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

ÓRGÃO GERENCIADOR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA (CISAN CENTRAL/RO)

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
PRESIDENTE CISAN CENTRAL / RO

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ/MF - XXXXXXXXXXXX

REPRESENTANTE LEGAL - XXXXXXXXXXXX

CPF - XXXXXXXXXX RG - XXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS

1. _____

Nome - XXXXXXXXXXXXXXXX

RG - XXXXXXXXXXXXXXXX

CPF - XXXXXXXXXXXXXXXX

2. _____

Nome - XXXXXXXXXXXXXXXX



RG - XXXXXXXXXXXXXXXX

CPF - XXXXXXXXXXXXXXXX



FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
DOCUMENTO	Minuta da Ata de Registro de Preço	27/05/2026

ID:	73225	Processo	Documento
CRC:	57502EEC		
Processo:	1-231/2026		
Usuário:	ANDRESSA GRAZIELLE BRITO DA SILVA		
Criação:	27/05/2026 10:10:58	Finalização:	27/05/2026 10:11:01

MD5: **920C8E31F14940467EF36A2E9E6162C3**SHA256: **8913F3AC9AB2DAABCBBF28A0AB005E0A02F31843E5C2977CF0431CCF5AC257C8**

Súmula/Objeto:

Minuta da Ata de Registro de Preço Retificada

INTERESSADOS

CISAN CENTRAL	ARIQUEMES	RO	27/05/2026 10:10:58
---------------	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA	27/05/2026 10:10:58
--------------------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site cisan.digproc.com.br/ informando o ID 73225 e o CRC 57502EEC.

MINUTA DA ATA DE CADASTRO RESERVA N° ____/____
PREGÃO ELETRÔNICO n° ____/____
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 000/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA – CISAN CENTRAL / RO, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 10.914.290/0001-32, com sede nesse Município de Ariquemes/RO, sito à Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional, CEP: 76872-872, denominado de “CONTRATANTE”, neste ato sendo representado pelo Presidente do CISAN CENTRAL / RO o Sr. Gilliard dos Santos Gomes, brasileiro, casado, empresário, portador da RG n.º *92.6** SSP/PR, devidamente inscrito no CPF sob o nº ***.740.002-**, podendo ser encontrado no endereço indicado acima, celebra a presente Ata de Cadastro Reserva conforme as cláusulas abaixo:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto da Ata de Cadastro Reserva o registro dos fornecedores remanescentes classificados no Pregão Eletrônico nº ____/____, visando futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, destinados ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e institucionais do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL/RO, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro veicular e demais encargos necessários à plena execução contratual, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e demais documentos integrantes do procedimento licitatório.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO CADASTRO DE RESERVA

- 2.1. A Empresa classificada em ____º lugar no Pregão Eletrônico n.º ____/____, procedimento administrativo nº ____/____, a saber:

RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ/MF _____
REPRESENTANTE LEGAL: _____
RG: _____ CPF: _____
ENDEREÇO: _____ CEP: _____
MUNICÍPIO: _____ ESTADO: _____
TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

Descrição dos itens:

Município de Ariquemes – RO
Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional
CEP: 76.872-872

ITEM	DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS	CATSER	QTD	LOCAÇÃO	PERÍODO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	VEICULO TIPO CAMINHONETE 4X4 CABINE DUPLA – REFERÊNCIA: RANGER, S10, HILUX OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação, carroceria aberta, cabine dupla, cor branca (original do fabricante), capacidade: motorista + 4 passageiros, 4 portas laterais, movida a diesel, motor com potência mínima 2.4 e 160 CV, central multimídia com GPS, integração com ANDROID AUTO e APPLE CARPLAY, câmera de ré, sistema de injeção eletrônica, direção hidráulica ou elétrica ou de tecnologia equivalentes, ar-condicionado, tanque de combustível com capacidade mínima de 75 litros, protetor de cárter e de câmbio, AIRBAG dianteiro e laterais e freios ABS, câmbio automático, com no mínimo de 06 marchas à frente e uma ré, ou câmbio superior; vidros elétricos e travas elétricas nas 04 portas; alarme antifurto; protetor de caçamba; capota marítima rígida de fibra náutica ou similar (revestida de lona ou similar), rodas de alumínio de 17" ou superior; conjunto estepe (roda e pneu); manutenção preventiva inclusa, seguro próprio e contra terceiro, e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	4014	02	Mensal	12 meses	R\$	R\$	R\$
2	VEICULO TIPO PICK UP CABINE SIMPLES - REFERÊNCIA: STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Picape 1.4/1.6 CS Flex – motorização mínima de 1400cc, capacidade mínima de 600 kg, cabine simples, cor branca (original do fabricante), ar condicionado, vidro elétrico, trava elétrica, direção hidráulica ou elétrica, conjunto estepe (roda e pneu), freios ABS, airbag, combustível gaso/alc, manutenção preventiva, seguro contra terceiros, e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	4014	03	Mensal	12 meses	R\$	R\$	R\$

Município de Ariquemes – RO
Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional
CEP: 76.872-872

3	VEICULO TIPO PICK UP CABINE DUPLA - REFERÊNCIA: STRADA, OROCH, MONTANA ou SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Picape 4x2 1.4/1.6 CD Flex – motorização mínima de 1400cc, capacidade mínima de 600 kg, cabine dupla, cor branca (original do fabricante), ar condicionado, vidro elétrico, trava elétrica, direção hidráulica ou elétrica, conjunto estepe (roda e pneu), freios ABS, airbag, combustível gaso/alc, transmissão automática ou manual, com manutenção preventiva, seguro contra terceiros; e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	4014	06	Mensal	12 meses	R\$	R\$	R\$
4	VEICULO UTILITÁRIO TIPO MOTOCICLETA - REFERÊNCIA: TITAN OU SIMILAR. Fabricação nacional e/ ou internacional, ano e modelo não inferior à data da contratação. Capacidade para 02 (dois) ocupantes, sistema de partida elétrica, câmbio de 05 velocidades, cor azul ou preta (original do fabricante); capacidade do tanque mínimo 11 litros; combustível flex alc/gaso, com manutenção preventiva, seguro contra terceiros; e demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, sem condutor e sem fornecimento de combustível.	4014	02	Mensal	12 meses	R\$	R\$	R\$
	VALOR TOTAL UNITÁRIO					R\$		
	VALOR TOTAL						R\$	
	VALOR TOTAL ANUAL							R\$

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ASSINATURA DO CADASTRO RESERVA

3.1. Todas as condições, prazos, obrigações, sanções e demais disposições previstas no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços deverão ser observadas pelos fornecedores integrantes do Cadastro Reserva.

3.2. Os veículos disponibilizados durante toda a vigência contratual deverão possuir, no máximo, 02 (dois) anos de uso e até 10.000 km (dez mil quilômetros) rodados no momento de sua disponibilização inicial ao CISAN CENTRAL/RO, mantendo-se em perfeito estado de conservação, segurança, trafegabilidade e funcionamento, devidamente licenciados e

Município de Ariquemes – RO
Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional
CEP: 76.872-872



regularizados, atendendo integralmente às especificações técnicas previstas no Termo de Referência, às normas do CONTRAN e à legislação de trânsito vigente, podendo a Administração recusar, justificadamente, veículos que apresentem desgaste excessivo, avarias, falhas mecânicas ou quaisquer condições incompatíveis com a adequada execução contratual.

3.3. Os veículos deverão possuir todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente e pelas normas do CONTRAN, incluindo estepe em perfeitas condições de uso, triângulo de sinalização, macaco, chave de roda e demais acessórios obrigatórios, devendo permanecer em adequado estado de conservação, funcionamento e segurança durante toda a vigência contratual.

3.4. Os veículos disponibilizados pela contratada, inclusive em caso de substituição, poderão ser de fabricação nacional e/ou internacional, observada a compatibilidade da data de fabricação/modelo com as exigências previstas nesta Ata, no Edital e no Termo de Referência, devendo possuir, no máximo, 10.000 km (dez mil quilômetros) rodados no momento da disponibilização inicial, mantendo-se em perfeito estado de conservação, uso, segurança, trafegabilidade e funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e à legislação de trânsito vigente.

3.5. A contratada deverá realizar a substituição dos pneus sempre que apresentarem desgaste incompatível com as normas de segurança e legislação de trânsito vigente, especialmente quando atingirem os limites mínimos de sulco estabelecidos pelo CONTRAN, bem como quando apresentarem deformações, avarias, cortes, bolhas ou qualquer condição que comprometa a segurança, estabilidade e trafegabilidade dos veículos.

3.6. Independentemente do desgaste mínimo legal, a fiscalização poderá exigir a substituição de pneus que apresentem desgaste excessivo ou condições inadequadas para utilização segura nas atividades operacionais do Consórcio.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência da presente Ata de Cadastro Reserva será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, observada a vigência da Ata de Registro de Preços originária, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO

4.2. O fornecedor integrante do Cadastro Reserva ficará obrigado a assumir a contratação nas hipóteses previstas na legislação e no edital, observada a ordem de classificação e as condições originalmente ofertadas.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Incumbirá ao Consórcio CISAN CENTRAL/RO providenciar a publicação do extrato desta Ata no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

Município de Ariquemes – RO
Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional
CEP: 76.872-872

6. CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Ata de Cadastro Reserva, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Ariquemes/RO, _____ de _____ de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR
Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia
(CISAN CENTRAL/RO)

Gerente do Sistema de Registro de Preços

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Presidente CISAN CENTRAL/RO

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE CADASTRO RESERVA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ/MF - XXXXXXXXXXXX
REPRESENTANTE LEGAL - XXXXXXXXXXXX
CPF - XXXXXXXXXXXX RG - XXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS

1. _____

Nome - XXXXXXXXXXXXXXXX

RG - XXXXXXXXXXXXXXXX

CPF - XXXXXXXXXXXX

2. _____

Nome - XXXXXXXXXXXXXXXX

RG - XXXXXXXXXXXXXXXX

CPF - XXXXXXXXXXXXXXXX

Município de Ariquemes – RO



Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional

CEP: 76.872-872



FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
DOCUMENTO	Minuta do Cadastro Reserva Retificada	27/05/2026

ID:	73226	Processo	Documento
CRC:	ABD02809		
Processo:	1-231/2026		
Usuário:	ANDRESSA GRAZIELLE BRITO DA SILVA		
Criação:	27/05/2026 10:11:01	Finalização:	27/05/2026 10:11:04

MD5:	92E70F269EE79A0BB1132F2EC967EB72
SHA256:	2D922BBAC04976E148C27BCE3D1F24DAE26C203402A2B8D75FBDF84AB5DFBE51

Súmula/Objeto:

Minuta do Cadastro Reserva Retificada

INTERESSADOS

CISAN CENTRAL	ARIQUEMES	RO	27/05/2026 10:11:01
---------------	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA	27/05/2026 10:11:01
--------------------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site cisan.digproc.com.br/ informando o ID 73226 e o CRC ABD02809.

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexos	I Termo de Referência	25/06/2026

ID: **74910**CRC: **B67B8F16**Processo: **1-231/2026**Usuário: **GABRIEL SILVA ROMÃO**Criação: **25/06/2026 11:37:16** Finalização: **25/06/2026 11:37:21**

Processo



Documento

MD5: **E6F44D5513F3017EBB8FA03B0C053826**SHA256: **FD7A6DEBEAA667C1C03847B49A8DCCEEB558B687694682444035644175B68AC**

Súmula/Objeto:

I Termo de Referência**INTERESSADOS**

CISAN CENTRAL	ARIQUEMES	RO	25/06/2026 11:37:16
---------------	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA	25/06/2026 11:37:16
--------------------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site cisan.digproc.com.br/ informando o ID 74910 e o CRC B67B8F16.